UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

SANDRA ROJAS ZEGARRUNDO

Mão de obra boliviana no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo

CAMPINAS
Ano
(2021)

SANDRA ROJAS ZEGARRUNDO

Mão de obra boliviana no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Eugenia Troncoso Leone

CAMPINAS
Ano
(2021)

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

R638m Rojas Zegarrundo, Sandra, 1989-
Mão de obra boliviana no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo / Sandra Rojas Zegarrundo. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Eugenia Troncoso Leone.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Migração. 2. Trabalho informal. 3. Emprego precário. 4. Indústria têxtil. I. Leone, Eugenia Troncoso,1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Palavras-chave em inglês:
Emigration and immigration
Casual labor
Precarious employment
Textile industry
Titulação: Bacharel em Ciências Econômicas
Banca examinadora:
Eugenia Troncoso Leone [Orientadora]
Jacqueline Aslan Souen
Data de entrega do trabalho definitivo: 10-12-2021

SANDRA ROJAS ZEGARRUNDO

Mão de obra boliviana no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Data de aprovação: _____ / _____ / ___

Banca Examinadora

_____

Prof(a). Dr(a). Eugenia Troncoso Leone – Presidente da banca

Instituto de Economia

_____

Prof(a). Dr(a). Jacqueline Aslan Souen – Docente convidado

DEDICATÓRIA

Este trabalho de pesquisa surgiu a partir da curiosidade de saber o motivo da migração da minha mãe para o Brasil. Também procurei entender o porquê de ela estar inserida no mundo da confecção e no comércio de ambulante. Este trabalho me ajudou a compreender o quanto a minha mãe se sacrificou para que seus filhos e filha pudessem terminar o ensino básico, bem como para que eu pudesse ter a oportunidade de mudar a nossa condição de vida. Diante disso, dedico este trabalho a minha mãe Lorenza Zegarrundo, pois devido ao seu esforço foi possível a minha formação no curso de economia. Dedico ao meu pai Carlos Rojas falecido, que por certo, foi um dos meus alicerces para seguir na busca da mudança de nossa condição social.

Esta dedicatória também se direciona a todos os bolivianos e bolivianas que lutam diariamente para melhorar suas condições de vida, apesar das adversidades em suas trajetórias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Profª. Drª Eugenia Troncoso Leone por ter aceitado me orientar e pelo apoio neste trabalho. Inclusive, agradeço a Jacqueline Aslan Souen por ter aceitado fazer parte de minha qualificação e por sua intervenção para aprimorar meu trabalho de conclusão.

Também neste trajeto agradeço às minhas amigas e namorado pelas indicações de leitura ou críticas de escrita. Sou muito grata a todas e todos que acreditaram e me apoiaram ao longo desta jornada.

Ademais, agradeço a Flávia Silva por ter me ajudado desde a minha graduação e que permaneceu me dando amparo até a conclusão deste trabalho.

Agradeço a minha mãe Lorenza e tia Arminda por terem me dado forças para continuar e concluir minha graduação em economia.

RESUMO

ZEGARRUNDO, Sandra Rojas. **Mão de obra boliviana no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo**. Orientador: Prof(a). Dr(a). Eugenia Troncoso Leone. 2021. 56 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

O trabalho procura compreender o modo de inserção da população de origem boliviana no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). A hipótese adotada é a de que esta população se encontra majoritariamente no mercado informal. Como metodologia foram analisados dados históricos e estatísticos para o mapeamento do perfil da migração boliviana ao Brasil com base no Censo de 2010. Além disso, foram observadas as mudanças no cenário do mercado de trabalho no setor de confecção devido a transformação da indústria têxtil a partir dos anos 1990. Diante desta mudança, demonstramos que os imigrantes bolivianos se depararam com um trabalho precarizado e informal.

Palavras-chave: migração boliviana; setor informal; precariedade; RMSP; indústria têxtil; confecção.

ABSTRACT

ZEGARRUNDO, Sandra Rojas. **Bolivian labour in the job market of São Paulo Metropolitan Region Area.** Orientador: Prof(a). Dr(a). Eugenia Troncoso Leone. 2021. 56 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

The undergradute thesis seeks to understand the way in which the population of Bolivian origin enters the labour market of São Paulo Metropolitan Area (SPMA). The hypothesis adopted is that this population is mostly in the informal market. As a methodology, historical and statistical data were analyzed to map the profile of Bolivian migration to Brazil based in the 2010 Census. In addition, changes in the labor market scenario in the clothing sector were observed due to the transformation of the textile industry from of the 1990s. Given this change, we demonstrate that Bolivian immigrants were faced with precarious and informal work.

Keywords: Bolivian migration; informal sector; precariousness; SPMA; textile industry; manufacture.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Municípios na Região Metropolitana de São Paulo em 2010 26
Tabela 2 – Setor de atividade da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010 34
Tabela 3 – Ocupação da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010 36
Tabela 4 – População boliviana no mercado de trabalho conforme situação, formal ou informal, por gênero no Brasil em 2010 38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População boliviana por municípios na Região Metropolitana de São Paulo em 2010 27
Gráfico 2 - Distribuição por sexo da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010 27
Gráfico 3 - Distribuição por faixa etária e sexo da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010 28
Gráfico 4 - Estado civil da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010 29
Gráfico 5 - Nível de escolaridade da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010 30
Gráfico 6 - Condição de ocupação da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010 31
Gráfico 7 - Posição na ocupação da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010 32
Gráfico 8 - Rendimento em número de salário mínimo da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010 33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
NEPO	Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó"
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
VA	Valor Adicionado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1 FLUXO MIGRATÓRIO DE BOLIVIANOS PARA SÃO PAULO E CONTEXTO HISTÓRICO 16

2 PERFIL DO IMIGRANTE BOLIVIANO NO MERCADO DE TRABALHO DA RMSP 24

3 CONDIÇÕES DE TRABALHO NO RAMO DA CONFECÇÃO EM QUE A POPULAÇÃO BOLIVIANA SE INSERE 38

RESULTADO DA PESQUISA E PRINCIPAIS CONCLUSÕES 48

REFERÊNCIAS 51

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o Brasil tem tido um papel relevante na imigração boliviana. A migração dos bolivianos e bolivianas está cada vez mais presente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Neste cenário, esta monografia tem como objetivo central analisar e caracterizar a mão de obra dos imigrantes bolivianos no mercado de trabalho da RMSP. Interessa em particular verificar a sua inserção nos mercados de trabalho formal e informal levando em consideração o sexo, a faixa etária, a posição de ocupação e o setor de atividade em que se incluem.

Este estudo se justifica pelas condições precárias de trabalho em que se encontram os imigrantes bolivianos e bolivianas da RMSP. Tal precarização implica em uma remuneração baixa e condições de vida inferiores aos demais trabalhadores. Conforme aponta a bibliografia, muito se tem discutido a respeito das condições de trabalho presentes nas oficinas de costura e como essa cultura de trabalho traz impactos para a sociedade paulistana.

Constata-se que mesmo em condições degradantes os trabalhadores bolivianos continuam a exercer suas funções independentemente das humilhações e xenofobias que sofrem. Conforme destacaram os autores Côrtes e Silva (2014), o debate sobre a imigração boliviana no Brasil vem crescendo cada vez mais. E ainda segundo Villen (2014, p. 93), “vida insalubre, condições degradantes de trabalho [...] preconceito/discriminação dos agentes públicos e da população local, trabalho forçado, clandestinidade” são apenas alguns termos, para a autora, que caracterizam a rotina dos trabalhadores bolivianos e bolivianas, agravando-se a situação quando se encontram indocumentados.

Observa-se então que a precarização do trabalho tem sido um dos fatores que tem dificultado a regularização da mão de obra boliviana, visto que também se inserem num serviço amplamente terceirizado, situação essa que tem trazido consequências negativas para o trabalhador e trabalhadora em geral.

Embora haja uma dificuldade em mensurar com exatidão a atividade econômica informal, esta pesquisa se vale do apoio das seguintes fontes de dados secundários: relatórios do OBMigra[1], do IPEA, do IBGE, teses e informações do

[1] Os relatórios do OBMigra se encontram no Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Esse portal contém informações sobre a imigração para o Brasil sendo divulgados via microdados, datamigra, publicações e relatórios realizados pelo Observatório. O objetivo do

Censo de 2010 via Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo)[2] da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Levando em consideração o objetivo desta monografia, o problema da pesquisa foi analisar as condições precárias de trabalho dos migrantes bolivianos. Diante disso, procura-se compreender quais são as especificidades de gênero, idade e perfil socioeconômico na inserção da mão de obra boliviana no mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo.

Nesta monografia tem-se como hipótese que a mão de obra dos imigrantes bolivianos e bolivianas na RMSP realiza um trabalho majoritariamente informal, precarizado e com baixa remuneração. Entende-se por informal o fato de os trabalhadores não terem contrato de trabalho, ou seja, não possuírem carteira de trabalho assinada pelo empregador.

Quanto à estrutura, a monografia apresenta três etapas. Na primeira foram realizados levantamentos bibliográficos para análise dos fundamentos teóricos relativos à migração, abordando, assim, a parte histórica e a trajetória da imigração boliviana na indústria têxtil-confecção. Na segunda etapa, definiram-se as bases de dados, o processamento das informações coletadas, também a elaboração e seleção das tabelas com indicadores de participação por sexo, idade, posição na ocupação e setor de atividade. Foram ainda elaboradas tabelas adicionais que permitiram as análises dos rendimentos dos migrantes. A terceira etapa se concentrou na análise das tabelas construindo um perfil ocupacional dos migrantes, procurando distinguir o caráter formal ou não de suas ocupações. Nesta fase, o estudo também se centralizou na indústria de confecção de vestuários que acarretou na terceirização da mão de obra nesse ramo de costura.

Depois de realizadas todas essas etapas de pesquisa os resultados deste estudo foram organizados e apresentados em três capítulos além desta introdução.

Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) é aumentar o conhecimento sobre os movimentos internacionais no Brasil, por meio de estudos teóricos e empíricos, e indicar métodos para a inovação social nas políticas voltadas à migração. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados

[2] O Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” é uma unidade de estudo interdisciplinar e multidisciplinar na área de demografia e pesquisa demográfica da Universidade Estadual de Campinas. Em sua plataforma há um banco interativo do Observatório das Migrações em São Paulo o qual surgiu a partir dos Atlas Temáticos elaborados pela equipe de investigação. Esse observatório visa permitir a acessibilidade às informações de forma integrada e dinâmica. Dessa maneira, esse banco interativo realiza o tratamento das bases de dados, assim como elabora indicadores referentes ao campo da imigração internacional contemporâneo para São Paulo. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/

No primeiro capítulo apresenta-se uma revisão bibliográfica comentada. Nele é feita uma descrição dos contextos históricos tanto da Bolívia quanto do Brasil a fim de traçar-se o quadro das situações que levaram à diáspora boliviana.

O segundo capítulo é eminentemente empírico, pois nele são apresentadas as tabelas construídas a partir de dados secundários e as respectivas análises para mostrar como os migrantes bolivianos se inserem no mercado de trabalho da RMSP conforme a posição na ocupação e setor de atividade, levando em conta os fatores sexo e idade. Ademais, o capítulo apresenta uma análise dos rendimentos dos trabalhadores.

No terceiro capítulo se procura compreender como a transformação da indústria de confecção de vestuários acarretou na terceirização da mão de obra nesse ramo de costura. Em tal cenário, foi possível observar o perfil da terceirização desse setor no qual se constatou o predomínio da precarização do trabalho. Além disso, foi possível compreender como os bolivianos e bolivianas se inseriram nas oficinas de costura em um cenário no qual o setor de produção de roupas já se encontrava em transformação.

Por fim, o último tópico reúne os resultados da pesquisa e as principais conclusões obtidas ao longo do trabalho. Também couberam sugestões acerca das possibilidades de novas investigações sobre os temas relacionados a este estudo.

1 FLUXO MIGRATÓRIO DE BOLIVIANOS PARA SÃO PAULO E CONTEXTO HISTÓRICO

O início do fluxo migratório da população boliviana, que se pode observar e ter registros rumo a São Paulo, ocorreu entre 1950 e 1970, e considera-se como primeiro grupo que veio de forma independente, com um certo capital e profissão, ou seja, a população teve recursos próprios para poder viajar ao Brasil sem a necessidade de endividamento com seu futuro empregador. Desse modo, esse afluxo inicial de migrantes foi caracterizado por uma inserção formal, estável e documentada no país, sem que os imigrantes tivessem o receio de uma deportação.

Situação essa diferente do segundo fluxo migratório observado a partir dos anos 1980, no qual bolivianos e bolivianas chegaram ao país com pouca condição financeira e baixa qualificação profissional em que muitas vezes o deslocamento ocorria via empréstimos do empregador no Brasil. Tal mudança de perfil e quantidade do fluxo dos migrantes bolivianos e bolivianas foi observada e analisada por Rezera (2012):

> Atentamos que os movimentos migratórios passam a partir da década de 1980 a configurar uma alternativa de sobrevivência de modo emergencial, avolumando-se drasticamente e fazendo transparecer os processos de desregulamentação do trabalho e das debilidades cada vez maiores das esferas socioeconômicas (REZERA, 2012, p. 68).

Neste fluxo, a partir das décadas de 80 e 90, pode se considerar que os imigrantes foram estimulados por alguns fatores de atração populacional (empregos, melhores condições de vida, segurança e outros) para a busca de novas oportunidades fora da Bolívia, devido à situação econômica do país Andino e dos processos de transformação tais como a urbanização e a privatização.

Em tal contexto histórico, a Bolívia vivenciava um período de revolução marcado por perseguições políticas e tentativas de desenvolvimento econômico via diversos modelos. Segundo Vilela e Noronha (2018, p. 106), diversos “fatores estimulam a emigração dos bolivianos para o Brasil, sendo os principais aspectos a estrutura econômica frágil existente no país, que resulta em altos níveis de pobreza, além da instabilidade política.” Enquanto isso, no Brasil ocorria o final do período desenvolvimentista o qual possibilitou com que o país tivesse ainda um setor industrial diversificado, assim como um mercado interno consolidado. Desta forma, o país se tornava um local atrativo para os que procuravam asilo político, assim como para os

que queriam uma oportunidade para exercer a profissão adquirida na Bolívia ou no Brasil.

Em retrospectiva histórica é possível afirmar que a imigração boliviana com destino ao Brasil, em especial para o estado de São Paulo, remonta ao período da década de 1950. Nessa década, o perfil era majoritariamente de profissionais liberais e estudantes em busca de qualificação acadêmica sendo promovida essa migração pelos acordos entre o Brasil e a Bolívia:

> Ainda que a pedra de toque dos acordos firmados fosse o petróleo, numa década em que, no Brasil, tanta discussão havia gerado – com a questão da Petrobrás -, havia outros compromissos firmados que compunham a totalidade dos entendimentos entre os dois países. Assim, um convênio cultural previa o intercâmbio de pessoas, informações e material educativo, professores, bolsistas e reconhecimento recíproco de diplomas universitários (VILARINO, 2006, p. 69).

Diante disso, observa-se que os imigrantes desse primeiro fluxo de migração tinham como objetivo a conclusão de seus estudos nas universidades do país e alguns deles acabavam escolhendo atuar como profissionais no território brasileiro (SILVA, 2012; ORELLAN; SILVA, 2015). Ademais, de acordo com Freitas (2014, p. 306), esse período indicava “o estreitamento das relações entre esses países, o que justificava um aumento das migrações e seu direcionamento para o polo mais dinâmico do país, o estado de São Paulo”.

No contexto brasileiro, de acordo com Serra (1983, p. 75), os anos 50 foram marcados pela adoção de uma estratégia de desenvolvimento nacional criado pelo governo Juscelino Kubitschek, chamado Plano de Metas. O Plano de Metas trouxe uma transformação estrutural da industrialização brasileira, tal programa agrupou os setores da indústria, transporte, energia, agricultura e educação. E com a internacionalização da economia ocorreu a atração de empresas estrangeiras com destaque para as indústrias automotivas. Além disso, durante o governo de Kubitschek se pode notar um aumento de escolas técnicas as quais permitiriam a qualificação da mão de obra. Para Lessa (1983), o Plano de Metas (1957-1960) tinha, por essência, o objetivo de desenvolver e diversificar, de maneira integrada, a indústria brasileira, continuando o processo de substituição de importações. Assim, tal plano afirmou-se com um caráter de política de desenvolvimento industrial no Brasil.

Em síntese, nesse período desenvolvimentista pós-1950 foi observada a tentativa de mudança da estrutura produtiva a partir de dois planos principais, o Plano

de Metas (1957) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974), que avançaram no processo de industrialização por substituição de importações. Cabe ressaltar que a aplicação de tais projetos de desenvolvimento foi possível devido a construção do chamado “tripé”, ou seja, a aliança entre o capital privado nacional, o capital privado internacional e tendo o Estado nacional como alicerce. Dessa forma, a combinação desses três segmentos propiciou a diversificação do setor industrial, o que pode ser considerado uma herança positiva para o período que veio a seguir.

Situação diferente no caso da Bolívia, que dava início à estruturação de um mercado interno e adoção de novas medidas econômicas, assim como buscou a industrialização de substituição de importações, porém o país não obteve sucesso similar aos países vizinhos, ficando assim atrasado em ter uma indústria de base ou a diversificação dos bens primários para exportação em que a economia estava pautada.

Ainda nesse período, segundo Héctor (1992), em 1952 houve a Revolução Nacional realizada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) o qual impulsionou ainda mais o fluxo migratório para os centros urbanos pela falta de suporte. Também houve o direcionamento de fluxos para diversos países por questões políticas.

De acordo com Rocha (2007), os resultados desta revolução foram: a nacionalização das minas de estanho, a reforma agrária, o fim do trabalho servil[3] e o voto universal. As reformas adotadas pelo movimento revolucionário procuravam trazer transformação econômica e social ao país como destaca Freitas (2009):

> reforma agrária, que foi mais significativa por ter estabelecido o fim do sistema, praticamente, semifeudal, de trabalho - que atrelava os camponeses indígenas à terra em que estavam – do que, propriamente, pela redistribuição da posse da terra que, de fato, não se efetivou; ii) nacionalização das minas; iii) estabelecimento do voto universal em um sistema que até então só permitia o voto da elite branca; iv) ampliação da fronteira agrícola e; vi) tentativa inicial de produção dos próprios bens de consumo, em consonância com a lógica das políticas de substituição de importações – também desenvolvidas, no período, por outros países da América Latina. Todas essas medidas provocaram mudanças importantes na estrutura da economia boliviana, principalmente, em sua dinâmica demográfica em que percebe-se: i) pronunciado êxodo rural; ii) intensificação das migrações transfronteiriças já existentes e; iii) início das migrações internacionais (FREITAS, 2009, p. 8).

[3] “[..]a abolição do trabalho servil liberou mão de obra para produzir para conta própria, em vez de prestar serviços gratuitos aos patrões [...]. As leis de segregação eram profundas e envolviam a obrigatoriedade do trabalho servil dos índios e a proibição de que circulassem pelas ruas principais das cidades” (ROCHA, 2007, p.20).

Contudo, para Preturlan (2012, p. 49) os resultados das reformas desse movimento contribuíram para o aumento de migrantes oriundos da Bolívia “a partir da metade do século XX intensificam-se processos de expulsão populacional na Bolívia”.

Nas décadas de 60 e 70, o contexto histórico da Bolívia continuou a ser marcado por disputas políticas, um cenário de grande turbulência que desencadeou um aumento nas migrações dos bolivianos e bolivianas com um perfil de profissionais liberais. Nesse contexto, também se relatou a presença de trabalhadoras bolivianas como babás e empregadas domésticas no Brasil.

Este último período foi denominado por Rocha (2007, p. 15) como “ciclos das ditaduras militares (1964 – 1982)” onde houve uma situação em que ocorreu um golpe militar dentro de outro golpe político instaurando-se um longo período de ditadura. Sendo assim, o contexto político boliviano tornou-se ainda mais conturbado entre as décadas de 70 e 80. “*El período de 1978-1982 fue de gran caos político, con gobiernos alternativamente militares y civiles”*[4] (MORALES; SACHS,1987, p. 3). Essas disputas também contribuíram para o aumento do fluxo da mão de obra boliviana rumo ao Brasil:

> Muitos deles vieram por motivos políticos, devido às sucessivas crises governamentais e intervenções militares que o país passou nas décadas de 60 e 70. De forma que o perfil destes primeiros imigrantes é diferente do perfil dos imigrantes mais recentes, além de uma quantidade bem menos expressiva. Em sua maioria, eram imigrantes de classe média, em grande parte com formação em ensino superior, muitos deles tendo se destacado aqui como médicos, dentistas, contadores, advogados (SILVA, 2009, p. 6).

No Brasil, entre 1962 e 1967, a economia passou por um período de recessão enquanto se promoviam profundas mudanças no arcabouço da política econômica, assim como nos padrões de distribuição funcional e pessoal da renda. Nesse período a queda no crescimento foi acentuada com grande contração do investimento manufatureiro. No entanto, o investimento público não apresentou queda significativa entre 62 e 66, sendo um fator de sustentação do processo de desenvolvimento.

Similarmente ao país vizinho, em 1964, o Brasil vivenciou um golpe militar. Nesse período de ditadura, houve a atração de empresas estrangeiras e elevados investimentos estatais no setor de infraestrutura. Tais estímulos na economia brasileira acarretaram num acelerado crescimento econômico até 1980, bem como o

[4] Tradução livre: O período de 1978 – 1982 foi um grande caos político, com governos se alternando entre militares e civis.

aumento da produção de bens duráveis e do mercado imobiliário, por sua vez, geraram efeitos multiplicadores na economia.

Tal crescimento na economia brasileira, refletia-se no aumento da demanda interna já que não havia altos custos para as indústrias devido à manutenção da política de arrocho salarial da mão de obra que favoreceu a lucratividade e a acumulação das empresas. Diante disso, segundo Sochaczewski (1991), deu-se início ao então chamado “milagre econômico”. Cabe destacar que tal situação econômica no país atraiu profissionais com formação acadêmica e também estudantes em busca de oportunidades em um cenário favorável para ingressar no mercado de trabalho no setor da indústria, segundo Freitas (2014, p. 321), “os migrantes [...] se dirigiram para a cidade de São Paulo, em um momento de auge de seu desenvolvimento industrial, ao longo dos anos de 1960/70”.

Durante o regime militar também se adotaram, como política econômica, planos nacionais de desenvolvimento conhecidos como I PND e II PND que avançaram no processo de substituição de importações via estímulos estatais para as grandes empresas nacionais. O II Plano Nacional de Desenvolvimento veio a ser o último grande projeto desenvolvimentista no Brasil e o maior desde o Plano de Metas. Implantado em 1974, o plano surgiu num contexto de desaceleração do crescimento econômico do “milagre”, devido ao esgotamento da fase expansiva, aliado à conjuntura econômica mundial que acabara de passar pelo choque do petróleo, com aumento da inflação mundial e mudanças nas políticas econômicas através de ajustamentos.

Assim como o Brasil, nos anos 80, a Bolívia entrou em um período político de democratização, enquanto a economia do país mergulhava em uma crise da dívida de proporções cada vez maiores. Além disso, a aceleração das taxas de inflação culminou em hiperinflação no ano de 1985. Somando-se a isso, Preturlan (2012, p. 50) indica que houve um aumento da população urbana, “a década de 1980 foi marcada pela intensificação do processo de urbanização na Bolívia” e esse deslocamento acabou inflando as cidades justamente em um momento em que o mercado de trabalho apresentava um aumento da taxa de desocupação.

> Os bolivianos, que chegavam neste período, inversamente à situação anterior, são cada vez mais pertencentes a extratos sociais e econômicos baixos, migrando pelo agravamento da inflação, do baixo desenvolvimento e falta de acesso às necessidades básicas em seu país (REZERA, 2012, p. 75).

Para combater essa crise econômica e a hiperinflação na Bolívia, adotaram-se medidas neoliberais mediante a Nova Política Econômica de 1985, sendo um plano de estabilização, tendo como resultado a abertura comercial, privatizações, perda de empregos, principalmente daqueles que estavam inseridos no setor público e o empobrecimento da população boliviana. Na década de 1990, também se seguiu esse modelo econômico neoliberal. Desse período de transição da ditadura para a redemocratização tem-se que a Bolívia:

> Ao mesmo tempo em que foram marcadas pela redemocratização e pelo aumento das liberdades civis e políticas, também se destacaram pela implementação de reformas econômicas neoliberais, que resultaram na piora das condições de vida para a população pobre, com perda de direitos sociais (ROCHA, 2007, p. 28).

Segundo os autores Orellana e Silva (2015, p. 266), “na década de 90, com a implantação do plano real, esse fluxo [de migrantes] passa a assumir uma nova escala[...], o novo perfil tem o fim de imigração e o seu foco voltado para o estado de São Paulo”. Dessa forma, é possível afirmar que o impacto do Plano Real na estabilização da economia brasileira, foi um fator de destaque para atração do movimento de migração da Bolívia para o Brasil, juntamente com o contexto econômico vivido pela população boliviana nesse mesmo período. Durante o Plano Real, o governo brasileiro promoveu o chamado “choque de oferta” via liberação de importações de produtos manufaturados. Essa medida promoveu a supervalorização cambial no país a fim de se obter a estabilização de preços no mercado interno.

Em outras palavras, essa supervalorização cambial foi um dos elementos atrativos aos olhos dos imigrantes bolivianos e bolivianas uma vez que a moeda brasileira estava valorizada. Segundo Iahn e Missio (2009, p. 13), também porque o câmbio havia sido “deslocado para algo em torno de R$ 0,85 = US$ 1”. Tal situação representaria uma oportunidade de mudança substantiva na condição financeira do migrante ao vir trabalhar na Região Metropolitana de São Paulo. Trabalho este seja nas oficinas de costura ou em outros ramos que tivessem oportunidades, porém, dadas as condições em que se encontrava o imigrante, este acabava sendo inserido nas confecções de roupas. Silva (2009, p. 6) indica que “é importante levar em conta quais as condições em São Paulo que criaram canais específicos para a atuação destes imigrantes na cidade”.

Diante desse contexto, acrescenta-se que, nos anos 2000, ainda pairava a insegurança às cidadãs bolivianas e aos cidadãos bolivianos, uma vez que a proteção social não estava nas pautas da política adotada pelo então governo e o plano de estabilização de 1985 não tinha sido capaz de alterar as tendências básicas que prevaleceram na economia boliviana, pois a economia do país ainda era sustentada pela exportação de bens primários com pouca diversificação:

> Entre 2000 e 2006, a Bolívia teve sete presidentes e uma média anual de 3.450 conflitos entre movimentos sociais e o Estado, que deixaram o saldo trágico de cerca de trezentos mortos – mais do que os massacres cometidos durante as ditaduras militares (ROCHA, 2007, p. 37).

Dentre os conflitos sociais vividos pela população boliviana neste período destacam-se as questões da água e do gás. O governo do país Andino, ainda como parte da estratégia neoliberal, privatizou o fornecimento de água e fechou um acordo para a exportação do gás natural para os Estados Unidos:

> [...]seguiram-se recomendações do Banco Mundial, e o serviço de abastecimento foi privatizado[...]. Os novos donos impuseram leis draconianas que incluíam a proibição de se recolher água da chuva, além do aumento das tarifas[...]. O estopim da guerra do gás foi o anúncio, feito em 2003 pelo presidente Sánchez de Lozada, do projeto de exportar esse recurso para os EUA (ROCHA, 2007, p. 38-40).

Em síntese, esses marcos históricos na Bolívia e no Brasil acarretaram migrações da população boliviana com perfis diversos. Com base no autor Manetta (2012, p. 260) aponta-se que “no entanto, foi somente a partir da década de 1980 que o volume desses imigrantes passou a crescer e a mudar o perfil”. Essa mudança de perfil ocorreu por fatores econômicos relacionados à Bolívia, como o uso de medidas neoliberais. De acordo com Rocha (2007, p. 16), pode-se afirmar que a “adoção da Nova Política Econômica, de inspiração neoliberal, com a privatização das minas de estanho e a abertura comercial” afetou os pequenos agricultores:

> A política econômica procedeu à eliminação de protecionismos e subsídios, à liberalização dos preços e da taxa de juros, à unificação das tarifas externas, à permissão da livre contratação do trabalho e da negociação salarial, à eliminação do crédito fiscal às empresas [...]. Por outro lado, ocorreu grande número de demissões [...] (ROCHA, 2007, p. 148).

Essas medidas agravaram as condições sociais da população boliviana, principalmente a de baixa renda. Além disso, deve-se considerar que o Brasil e a

Bolívia encontravam-se em patamares diferentes de condições econômicas e sociais. Outro ponto dessa mudança é o grau de instrução do migrante no qual se passou a predominar a baixa escolaridade e baixo poder aquisitivo.

Segundo Sheriff (1992), em 1950 a população boliviana era predominantemente rural, com 74%, e 26% urbana, mais tarde, na década de 1970, o número de habitantes na área urbana passou para 42% e, em 1992, a população urbana ultrapassa a população rural, ficando com 55%. Devido a pouca oportunidade de trabalho, baixa remuneração, conflitos políticos, precarização das condições sociais ocorre um aumento no fluxo migratório dos bolivianos e bolivianas para o Brasil.

De acordo com Souchaud (2008, p. 3), entraram no Brasil 10.712 bolivianos em 1970, 12.980 em 1980, 15.691 em 1990 e 20.398 em 2000. Desse último dado dos imigrantes, parte deslocou-se para a cidade de São Paulo em que “era o lugar de residência de 38% do total dos imigrantes bolivianos residentes no Brasil, sendo 44% se considerarmos a Região Metropolitana de São Paulo”.

De acordo com Freitas (2014), os cenários econômicos e políticos, tanto no Brasil quanto na Bolívia, contribuíram para a intensificação da migração da população boliviana, fatores de repulsão que estimularam a população a deixar seu país de nascimento. Esse descolamento não se restringiu apenas ao Brasil, porém, ressalta-se, nesta pesquisa, o contexto histórico apenas de ambos os países para melhor compreensão do fluxo entre essas duas fronteiras nacionais. Em resumo, na Bolívia e no Brasil, destacam-se alguns eventos marcantes durante o período do aumento do fluxo migratório:

1. 1952 – Revolução Nacional realizada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) na Bolívia e acordos culturais. Plano de Metas nos anos 50 no Brasil.

2. 1964 – Ditadura Militar e perseguições políticas em ambos os países, porém o Brasil já com uma indústria de base consolidada.

3. 1985 – Redemocratização, Hiperinflação e Nova Política Econômica na Bolívia. Políticas neoliberais em ambos os países

4. 2000 – Guerra da Água

5. 2003 – Guerra do Gás

Em síntese, afirma-se que neste período do fluxo migratório rumo a Região Metropolitana de São Paulo, entre 1950 e 1970, predominava a mão de obra

qualificada e de uma classe social com uma condição financeira para poder migrar. Quanto ao período seguinte, a partir dos anos 80, verificou-se a transformação do perfil do imigrante, passando a ser principalmente uma população de menor qualificação e voltada para o trabalho. Este trabalhador com pouca qualificação profissional e pelas condições de baixa remuneração, passa a viver de forma ilegal e com medo, dada as circunstâncias de ser um indocumentado. Embora parte dessa população tenha obtido a documentação necessária para permanecer no Brasil, pelo seu baixo nível de instrução, acaba sendo inserida no mercado de trabalho precarizado.

Pode-se dizer que, apesar de diversas reformas econômicas e demais medidas políticas adotadas pela Bolívia, a população boliviana ainda se encontra numa condição de pobreza, assim como persistem os conflitos internos. As cidadãs bolivianas e os cidadãos bolivianos de baixa renda, em sua maior parte, devido às restrições econômicas, não têm condições de concluir o ensino básico, tornando-se mão de obra com baixa qualificação e de baixo custo. Mesmo após a conclusão do ensino superior, pela falta de oportunidade de trabalho formal, acabam mergulhando no mercado informal e vivendo dentro das exigências que este mercado de trabalho impõe; a esses desafortunados, por terem nascido pobres, se determinam condições que perpetuam sua situação na pobreza com trabalhos árduos e jornadas longas.

No seguinte capítulo serão apresentados dados que possam esclarecer o perfil socioeconômico da população boliviana na RMSP, visto que essa região é “o principal polo receptor de imigrantes latino-americanos” (OLIVEIRA, 2014, p. 2).

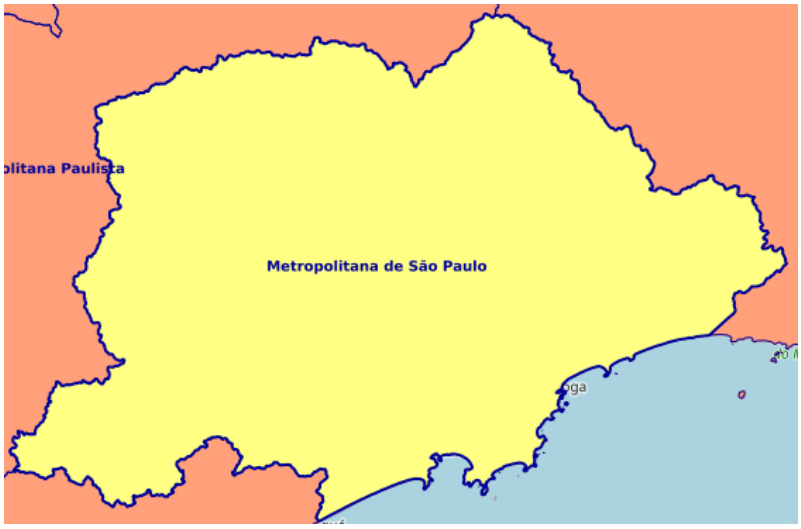
2 PERFIL DO IMIGRANTE BOLIVIANO NO MERCADO DE TRABALHO DA RMSP

Neste capítulo se procura descrever como os bolivianos e bolivianas se inserem no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo. Através de dados secundários, busca-se mapear o perfil desses imigrantes através da análise de características pessoais como sexo, idade, escolaridade, condição de atividade, ocupação e setor de atividade em que se inserem. Dessa forma, pretende-se entender como a maioria da população imigrante de origem boliviana se insere no mercado de trabalho da RMSP, e se esse trabalho é majoritariamente informal ou não.

Nas últimas décadas o Brasil tem tido um papel relevante na imigração boliviana. De acordo com Pinheiro (2018, p. 96) “o fortalecimento geopolítico e econômico brasileiro” acaba atraindo imigrantes bolivianos com expectativas de obterem um emprego nas cidades brasileiras. Vilela e Noronha (2018) mostram que o recorte territorial se deve a grande concentração do fluxo migratório dos imigrantes bolivianos e bolivianas para os estados de Mato Grosso do Sul e de São Paulo. Os autores evidenciam que a migração boliviana é um dos maiores fluxos que chegam ao Brasil, sendo o estado de São Paulo uma região de forte atração desses trabalhadores.

Dentro do fluxo migratório da mão de obra boliviana rumo ao estado de São Paulo se destaca a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Segundo Oliveira (2014), a maior parte da população boliviana migra para a RMSP, por isso o foco deste trabalho centraliza-se na RMSP, região essa ilustrada na FIG. 1 abaixo:

Figura 1 – Mapa da Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: https://estatgeo.ibge.gov.br

Segundo o Relatório de Pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a Região Metropolitana de São Paulo é a mais populosa das Regiões Metropolitanas, com cerca de 19 milhões de pessoas. Essa região é a maior região metropolitana do país e o maior polo de riqueza do Brasil:

> É a RM mais complexa e diversificada do país, seja em termos sociais, econômicos e demográficos. Conta com elevado grau de articulação entre os diversos ramos industriais, exibindo participação expressiva no VA estadual: 90% da indústria editorial estão concentrados na região; as indústrias de confecção de vestuário e a de máquinas e equipamentos de informática respondem por 73% e 72%, respectivamente (IPEA, 2015, p. 14-15).

Essa Região engloba 39 municípios com 5 sub-regiões mais a cidade Global, sendo a cidade de São Paulo a capital do estado e a sede da RMSP, conforme ilustrada na TAB. 1 abaixo:

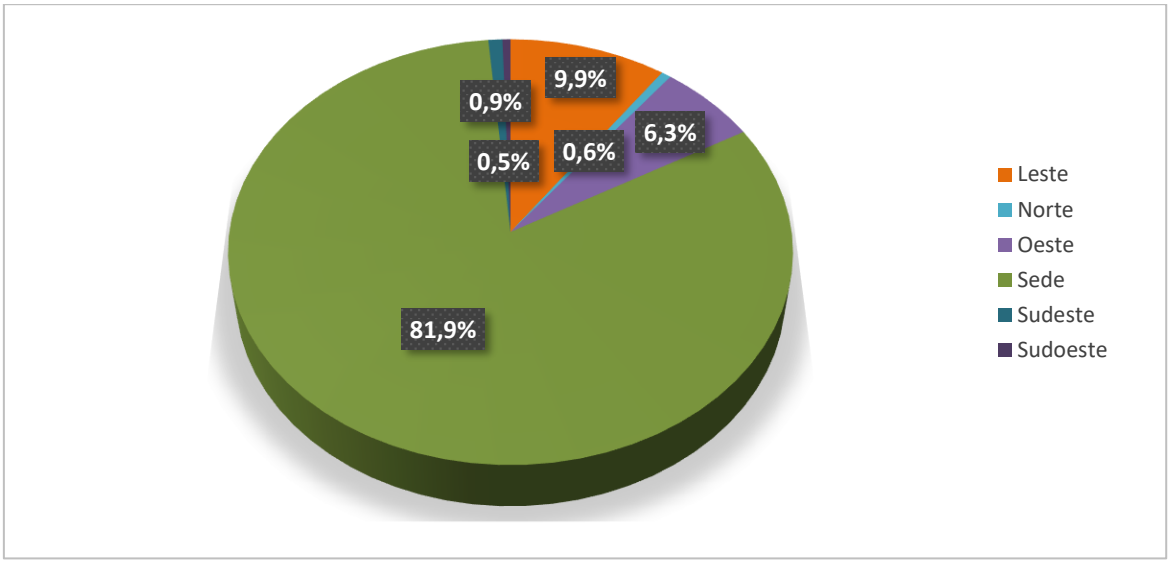
Tabela 1 – Municípios na Região Metropolitana de São Paulo em 2010

Sede	Norte	Leste	Oeste	Sudeste	Sudoeste
São Paulo	Caieiras	Arujá	Barueri	Diadema	Cotia
	Cajamar	Biritiba Mirim	Carapicuíba	Mauá	Embu
	Francisco Morato	Ferraz de Vasconcelos	Itapevi	Ribeirão Pires	Embu-Guaçu
	Franco da Rocha	Guararema	Jandira	Rio Grande da Serra	Itapecerica da Serra
	Mairiporã	Guarulhos	Osasco	Santo André	Juquitiba
		Itaquaquecetuba	Pirapora do Bom Jesus	São Bernardo do Campo	São Lourenço da Serra Suzano
		Mogi das Cruzes	Santana do Parnaíba	São Caetano do Sul	Taboão da Serra
		Poá			Vargem Grande Paulista
		Salesópolis			
		Santa Isabel			
		Suzano			

Fonte: Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e regiões integradas de desenvolvimento, IBGE. Elaboração própria.

A RMSP tem um papel relevante na atração de imigrantes, principalmente a cidade de São Paulo, sede dessa região. A cidade de São Paulo contém 81,9% dos migrantes bolivianos que se encontram na RMSP. Nas sub-regiões Leste e Oeste há participação de 9,9% e 6,3% respectivamente. Nas demais sub-regiões da RMSP a concentração da população boliviana está abaixo de 1%, conforme ilustrado no GRAF. 1. De acordo com Oliveira (2014, p. 5), além da sede da Região Metropolitana de São Paulo, os bolivianos e bolivianas “se localizam, sobretudo, nas cidades de Guarulhos, Itaquaquecetuba, Carapicuíba e Osasco”.

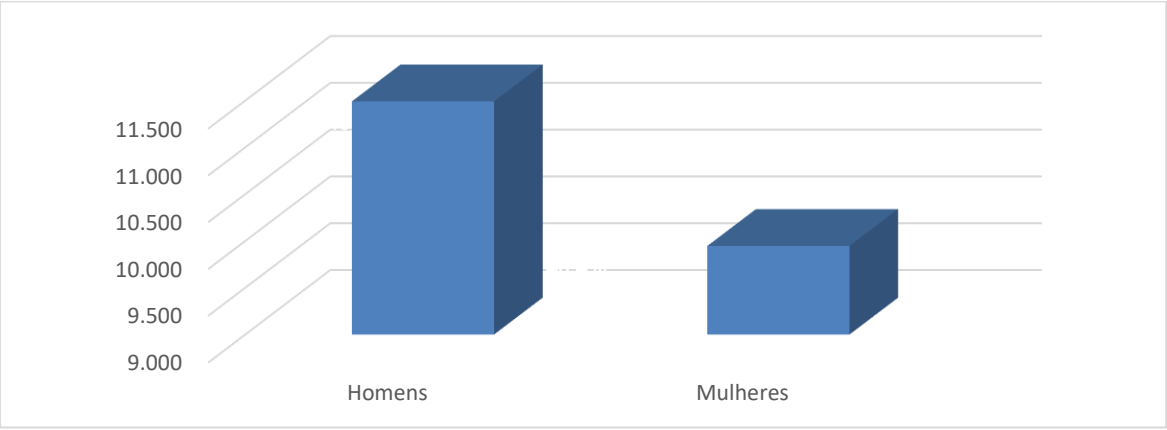
GRÁFICO 1 - População boliviana por municípios na Região Metropolitana de São Paulo em 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010; Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/ UNICAMP). Atlas Temático.

Conforme o Censo Demográfico de 2010, nesse ano, na RMSP, foram contabilizados 21.437 migrantes de nacionalidade boliviana o que equivale a 94,5% dos migrantes bolivianos do estado de São Paulo[5] e 71,9% do total de migrantes.

GRÁFICO 2 - Distribuição por sexo da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010

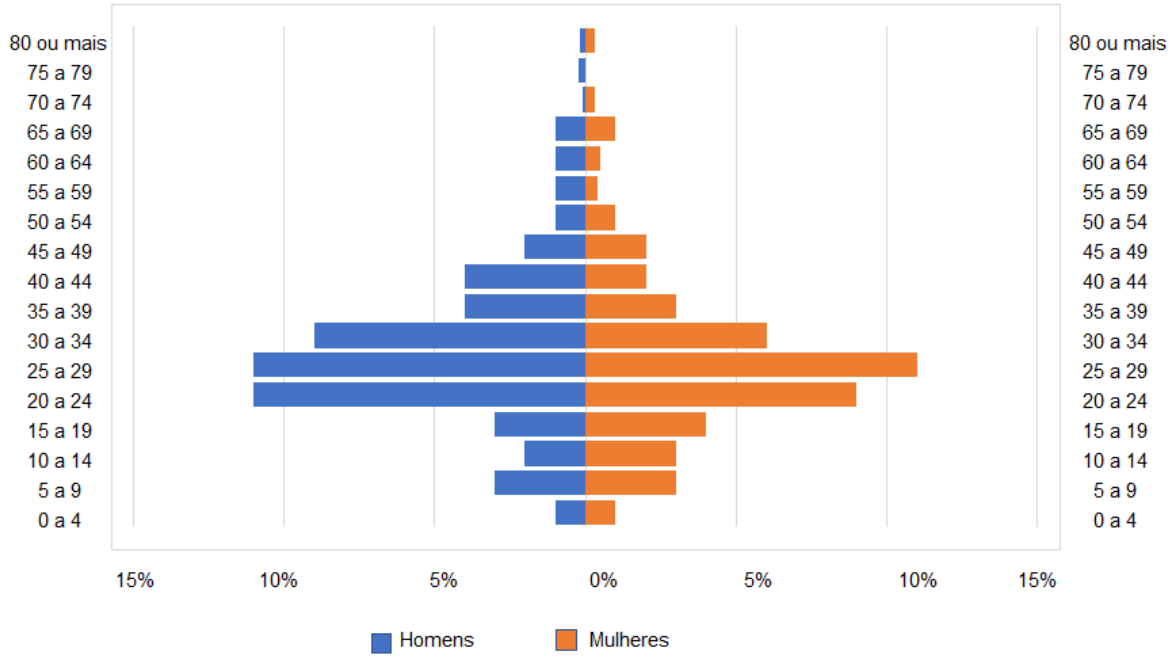


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010; Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/ UNICAMP). Atlas Temático.

[5] "Foram considerados apenas os estrangeiros, isto é, pessoas que tanto nasceram fora do país e não se naturalizaram, como pessoas que nasceram no Brasil, mas foram registradas em representação estrangeira e não se naturalizaram brasileira (IBGE, 2010)". Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/censo-demografico/

Na RMSP a população boliviana masculina prevalece em relação as mulheres bolivianas residentes da mesma região conforme ilustrado no GRAF. 2. De acordo com o Censo de 2010, os homens representam 53,6% dos imigrantes e as mulheres representam 46,4%. No entanto, segundo Vilela e Noronha (2018), a presença das mulheres[6] bolivianas no fluxo migratório vem crescendo ao longo dos anos.

GRÁFICO 3 - Distribuição por faixa etária e sexo da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010



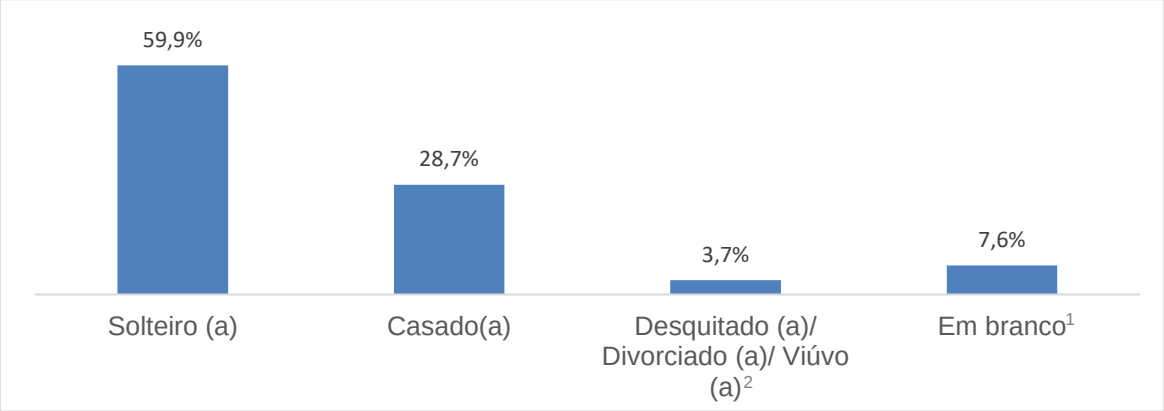
Fonte: dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010, cedidos pelo Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/ UNICAMP). Atlas Temático.

No GRAF. 3, encontra-se a distribuição por faixa etária da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo. Percebe-se a concentração na faixa de 20 a 34 anos, sendo um perfil de jovens e adultos. Jovens para ambos os sexos e com nível baixo de escolaridade (GRAF. 5). Assim, a concentração da pirâmide etária

[6] Embora a mulher boliviana trabalhe no mesmo setor que os homens bolivianos "imigrantes bolivianas vivenciam uma tripla jornada de trabalho, trabalham exaustivamente nas oficinas e continuam trabalhando ao chegar em casa [...] quase totalmente suprimidos seus momentos de lazer" (MESQUITA; SANTOS, 2016, p. 12). Disponível em: https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st18-7/10330-o-lado-feminino-da-migracao-bolivianas-em-sao-paulo/file. Acesso em 23 de outubro de 2021.
Ademais as trabalhadoras bolivianas são assediadas em seus ambientes de trabalho além de terem que lidar com discriminações "nesses três anos que a entidade atua junto a trabalhadores informais detectou que a população que mais sofre são as mulheres bolivianas, sobretudo na cadeia produtiva em oficinas de costura" (SINDICATO dos Bancários/CUT, 21 de março de 2014, "Projeto quer regulamentar trabalho de ambulantes"). Disponível em: https://spbancarios.com.br/03/2014/projeto-quer-regulamentar-trabalho-de-ambulantes. Acesso em 14 de setembro de 2021.

ocorre na idade ativa, o que demonstra a presença de setor populacional com maior disposição a emigrar em busca de melhores oportunidades em outro país. Percebe-se ainda a reduzida composição de crianças bolivianas e imigrantes bolivianos de terceira idade.

GRÁFICO 4 - Estado civil da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010

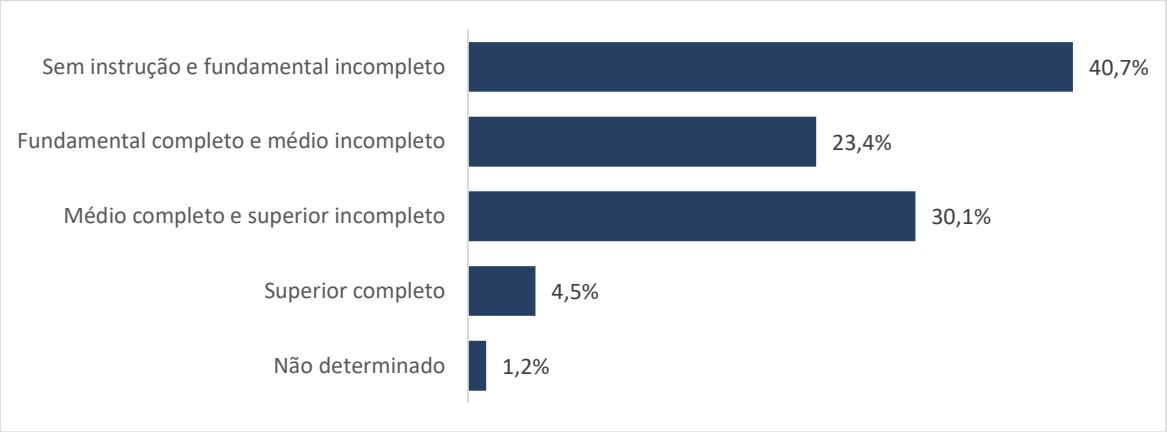


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010; Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/ UNICAMP). Atlas Temático.
Nota 1: refere-se à menores de 10 anos de idade.
Nota 2: somou-se o total de desquitados (as) ou separados (a) judicialmente, divorciados (as) e viúvos (as).

Em relação ao estado civil (GRAF. 4), 59,9% dos imigrantes são solteiros. Perfil este que se relaciona com a pirâmide etária onde há concentração entre jovens e adultos ativos. Tais dados também demonstram que a maioria dos imigrantes emigra sozinho, deixando a família na Bolívia. Situação essa até o imigrante possa se estabelecer para, então, trazer a família ou com objetivo de guardar algum recurso e poder retornar ao país de origem. Outro destaque se refere a população com o status de casado ou casada, com 28,7%, seja porque migraram com suas famílias ou porque compuseram famílias na RMSP, como explica Rezera (2012):

> Muitas famílias optam pela migração masculina como introdutória na busca por emprego e estabelecimento no país escolhido; depois membros da família acompanham. Atualmente muitas mulheres e jovens migram sozinhos, muitas vezes sem relação prévia com alguém que já tenha migrado; é o caso de bolivianos e bolivianas, que nos últimos anos vêm buscando melhores oportunidades, uma vez que o grupo já está constantemente ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000 aumentando sua entrada (REZERA, 2012, p. 125).

GRÁFICO 5 - Nível de escolaridade da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010[7]



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010; Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/ UNICAMP). Atlas Temático.

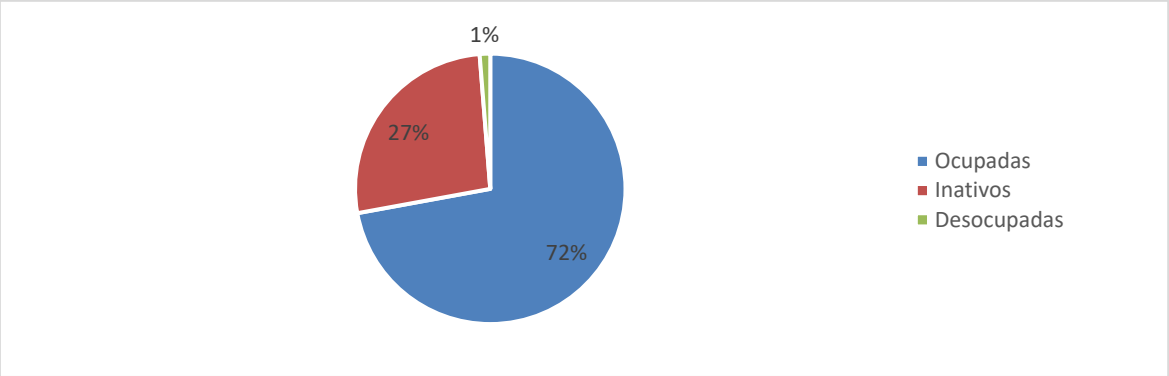
Os bolivianos e bolivianas residentes na RMSP se caracterizam como mão de obra pouco escolarizada (GRAF. 5) justamente porque a maior parcela desta população não tem instrução ou não conseguiu concluir o ensino fundamental. Da mesma forma, apenas 4,5% obtiveram acesso ao ensino superior. Pode-se explicar o baixo nível de instrução educacional pela baixa condição financeira e a necessidade precoce de ingressar no mercado de trabalho para ajudar a família ou para a própria sobrevivência no país de origem. Outro fator responsável pela manutenção deste ciclo de baixo nível de escolaridade se deve às longas jornadas de trabalho na RMSP, que não deixam tempo para retomada de estudos ou para a procura de formas de capacitação e profissionalização para viabilizar uma mudança de área de trabalho, como aponta Rezera (2012):

> O acesso à educação é cingido por causa da longa jornada; a dificuldade de idioma e o desconhecimento de programas de auxílio a estudantes são impeditivos de formação educacional, mudança de atividade e de condição de trabalho e socioeconômica (REZERA, 2012, p. 151).

Traçado o perfil das características pessoais dos migrantes bolivianos contabilizados pelo Censo de 2010 na RMSP, descreve-se a seguir as características de condição de ocupação e de trabalho desses migrantes.

[7] O gráfico leva em consideração a estrutura da faixa etária. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/censo-demografico/

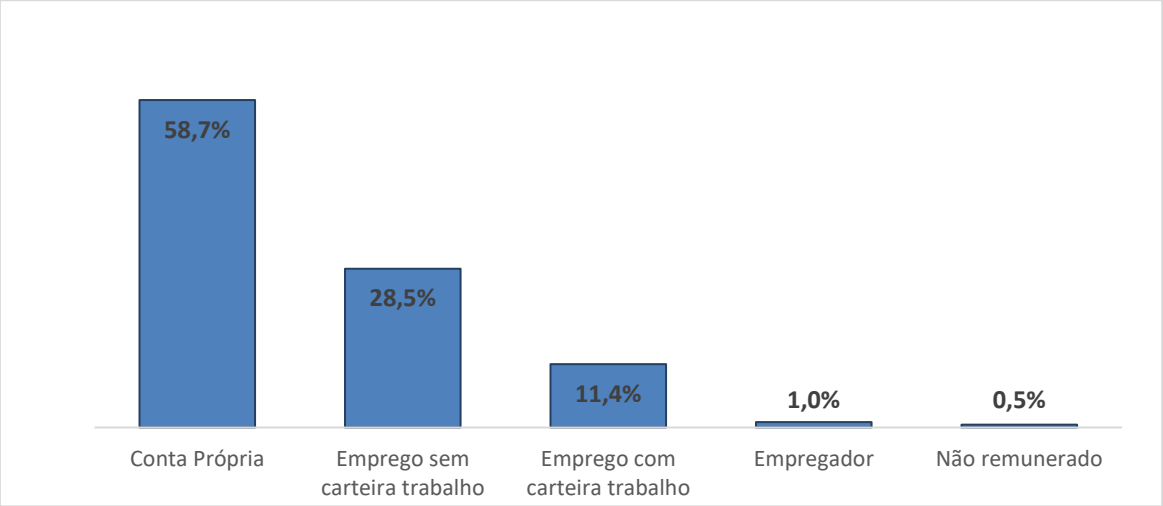
GRÁFICO 6 - Condição de ocupação da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010; Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/ UNICAMP). Atlas Temático.

Em relação a condição de ocupação, do total de migrantes bolivianos contabilizados pelo Censo em 2010 na RMSP, 73,4% faziam parte da população economicamente ativa (PEA) e desses 98,3% estavam ocupados e, portanto, 1,7% estavam na condição de desocupados, procurando trabalho. A população inativa era de 2,7%, além das pessoas que não tomaram nenhuma providência para buscar trabalho, também estão incluídos nessa percentagem os menores de 10 anos (GRAF. 6). Conclui-se que, apesar do baixo grau de instrução, a maior parte da população boliviana exerce alguma atividade na Região Metropolitana de São Paulo.

GRÁFICO 7 - Posição na ocupação da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010[8]

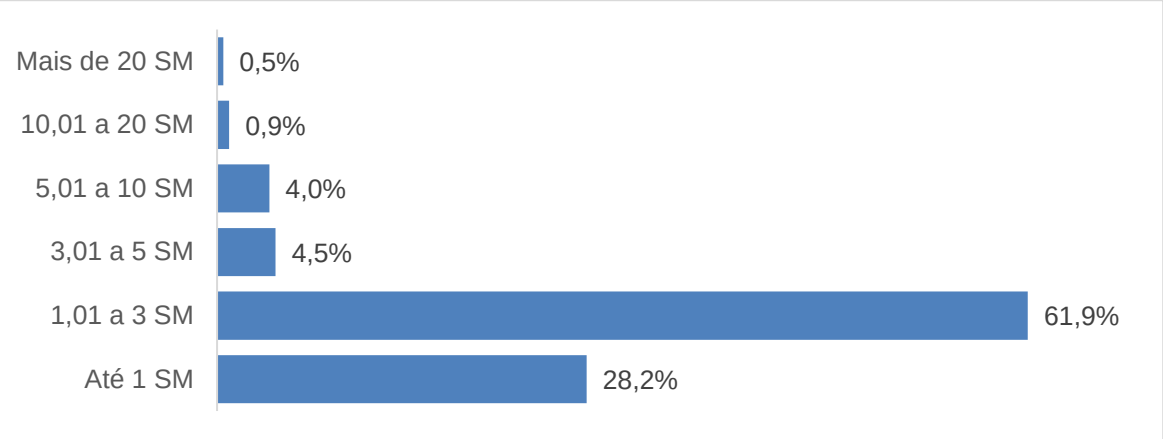


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010; Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/ UNICAMP). Atlas Temático.

A maioria dos trabalhadores e trabalhadoras nascidos na Bolívia trabalham por conta própria ou sem carteira de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo. Diante disso, é possível afirmar que 87% da população boliviana está no trabalho não formal e sem carteira assinada. Dessa forma, esses migrantes nessa condição não possuem os benefícios de um trabalhador com carteira assinada, ou seja, encontram-se desprovidos dos direitos trabalhistas e sujeitos a um ambiente de trabalho precário. De acordo com Pucci (2013, p. 5), “a porcentagem de bolivianos que trabalham por conta própria ou sem carteira assinada é muito superior à média encontrada na Região Metropolitana de São Paulo”.

[8] Foram desconsiderados da população boliviana os inativos, assim como não estão incluídos os menores de 10 anos. Dessa forma, a porcentagem é em relação a polução boliviana na condição de ocupadas na RMSP. A posição de não remunerado é “para pessoa que trabalhou sem remuneração, durante pelo menos uma hora completa na semana de referência, em ajuda na atividade econômica de morador do domicílio que era conta própria, empregador ou empregado do setor privado”. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/censo-demografico/

GRÁFICO 8 - Rendimento em número de salário mínimo da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010[9]



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010; Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/ UNICAMP). Atlas Temático.

A população boliviana residente na Região Metropolitana de São Paulo exerce atividade em diversos setores como se verifica na TAB. 2 abaixo, porém 28,2% recebe uma remuneração até um salário mínimo e 61,9% dos trabalhadores ganham até 3 salários mínimos (GRAF. 8). Apesar da população ocupada atuar como conta própria e sem carteira de trabalho (aproximadamente 63 % do total), o GRAF. 8 mostra que uma grande parcela desta possui baixos rendimentos. Disso, pode-se depreender que aqueles trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira de trabalho são mal remunerados. Além disso, destaca-se o baixo ingresso no mercado formal, com uma participação de apenas 11,4% do total (GRAF. 7). No âmbito nacional, o Relatório Anual do OBMigra (2020), também indica maior atuação no mercado informal do que no mercado formal (TAB. 4).

Analisando a TAB. 2, percebe se que os setores de destaque onde os bolivianos e bolivianas participam são ligados predominantemente ao ramo da confecção, setor esse que foi afetado pela transformação do setor têxtil. A confecção de artigos de vestuário e acessórios, incluindo a fabricação de calçados, representa 52,6% da ocupação total e a mão de obra nessas atividades possui pouca qualificação.

[9] Para esse gráfico de rendimento foram desconsiderados da população boliviana “Pessoa com menos de 10 anos de idade.” Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/censo-demografico/

Outra atividade que também não exige alta qualificação e altos recursos para investir é no setor de comércio ambulante e feiras. Segundo Battisti (2014), a maioria dos produtos vendidos nessa feira se referem a itens têxteis confeccionados na RMSP. Esse setor tem ganhado destaque, pois houve um aumento da participação dessa população nas feiras, principalmente na feira da madrugada[10] do bairro Brás. Segundo Carpio (2018, p. 21), “na feirinha encontram-se ambulantes das mais diversas nacionalidades, sendo predominante a presença de vendedores bolivianos, peruanos, equatorianos, paraguaios entre outros”.

Tabela 2 - Setor de atividade da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010

(continua)

Setor de Atividade	N	%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios, exceto sob medida	4.588	29,68
Confecção de artigos do vestuário e acessórios, sob medida ou não	4.451	28,79
Fabricação de calçados e partes para calçado, de qualquer material	1.273	8,23
Confecção, sob medida, de artigos do vestuário	956	6,18
Atividades de comércio não especificadas	542	3,51
Comércio ambulante e feiras	521	3,37
Atividade mal definidadas	406	2,63
Preparação de fibras, fiação e tecelagem	349	2,26
Comércio de artigos do vestuário, complementos, calçados e artigos de viagem	244	1,58
Serviços domésticos	239	1,55
Industria Têxtil - atividades não especificadas	139	0,90
Manutenção e preparação de veículos automotores	118	0,76
Atividades de atendimento hospitalar	105	0,68
Fabricaçao de produtos industriais não especificados	88	0,57
Atividades de saúde não especificadas	76	0,49
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	75	0,49
Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	68	0,44
Serviços financeiros	67	0,43
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	64	0,41
Comércio de tecidos, artefatos de tecidos e armarinho	63	0,41
Serviços especializados para construção	58	0,38
Atividades de construção não especificadas	57	0,37
Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos	56	0,36
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	55	0,36
Fabricação de móveis	49	0,32
Fabricação de produtos diversos	47	0,30
Fabricação de artigos de viagem e de artefatos diversos de couro	40	0,26
Comércio de produtos novos não especificados anteriormente	39	0,25
Atividades de profissionais da área de sáude, exceto médicos e odontólogos	38	0,25
Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde	33	0,21
Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	33	0,21
Impressão e reprodução de gravações	33	0,21
Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	30	0,19

[10] “O trabalho de camelô é a principal ocupação dos imigrantes bolivianos na Feira da Madrugada, se utilizando de oficinas de costura próprias ou terceirizadas, estes imigrantes vêm se consolidando como os principais produtores de artigos têxteis da feira, produzindo artigos com um baixo valor agregado que tem como destino abastecer os circuitos de comércio popular de todo o país.” (BATTISTI, 2014, p. 12). Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2019/1/Cesar%20Battisti.pdf

Tabela 2 - Setor de atividade da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010[11]

(conclusão)

Setor de Atividade	N	%
Cultivo de flores e plantas ornamentais	30	0,19
Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis	30	0,19
Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência	26	0,17
Comércio de veículos automotores	26	0,17
Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas; Testes e análises técnicas	25	0,16
Adminstração pública - esfera não especificada	23	0,15
Outras atividades de ensino	23	0,15
Construção de edifícios	22	0,14
Comércio de madeira, material de construção, ferragens e ferramentas	20	0,13
Indústria química - atividades não especificadas	20	0,13
Pré-escola e ensino fundamental	20	0,13
Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos e de cosméticos e perfumaria	18	0,12
Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	17	0,11
Defesa	17	0,11
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	16	0,10
Comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto eletrodomésticos	14	0,09
Serviços de escritório e apoio administrativo	14	0,09
Captaçao, tratamento e distribuição de água	13	0,08
Condomínios prediais	12	0,08
Horticultura	12	0,08
Comércio de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações	10	0,06
Atividades dos serviços de tecnologia da informação	9	0,06
Serviços de limpeza e de apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	9	0,06
Atividades de educação não especificadas	4	0,03
Total	**15.460**	**100,00**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010; Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/ UNICAMP). Atlas Temático.

Analisando a TAB. 3, percebe-se que a mão de obra boliviana tem uma ocupação diversificada na economia da RMSP. No entanto, a maior parte do trabalho que os bolivianos e bolivianas exercem se relaciona com o ramo da confecção. Onde 10.458 dos trabalhadores bolivianos e bolivianas atuam como operadores de máquinas de costura e 803 como qualificados da preparação da confecção de roupas.

[11] Foram desconsiderados da população boliviana os menores de 10 anos. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/censo-demografico/

Tabela 3 - Ocupação da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010

(continua)

Ocupação	N	%
Operadores de máquinas de costura	10.458	73,09
Trabalhadores qualificados da preparação da confecção de roupas	803	5,61
Comerciantes de lojas	313	2,19
Vendedores ambulantes (Exclusive de serviços de alimentação)	300	2,10
Desenhistas de produtos e vestuário	179	1,25
Operadores de teares e outras máquinas de tecelagem	158	1,10
Vendedores de quiosques e postos de mercados	138	0,96
Dirigentes de indústrias de transformação	135	0,94
Pedreiros	134	0,94
Balconistas e vendedores de lojas	116	0,81
Médicos gerais	110	0,77
Mecânicos e reparadores de veículos a motor	60	0,42
Merceneiros e afins	56	0,39
Representantes comerciais	52	0,36
Artistas plásticos	47	0,33
Médicos especialistas	47	0,33
Analistas de gestão e administração	46	0,32
Supervisores de indústrias de transformação	44	0,31
Professores do ensino fundamental	43	0,30
Alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros	38	0,27
Dentistas	37	0,26
Vendedores não classificados anteriormente	37	0,26
Gerentes de comércios atacadistas e varejistas	34	0,24
Supervisores de construção	34	0,24
Técnicos em eletrônica	34	0,24
Profissionais da publicidade e da comercialização	33	0,23
Secretários executivos e administrativos	33	0,23
Artesãos de pedra, madeira, vime e materiais semelhantes	30	0,21
Cuidadores de crianças	30	0,21
Costureiros, bordadeiros e afins	28	0,20
Assistentes de medicina	26	0,18
Engenheiros mecânicos	26	0,18
Advogados e juristas	25	0,17
Condutores de automóveis, taxis e caminhonetes	25	0,17
Dirigentes e gerentes de serviços profissionais não classificados anteriormente	25	0,17
Profissionais de enfermagem	25	0,17
Profissionais de nível médio do direito e serviços legais e afins	25	0,17
Trabalhadores de cuidados pessoais em instituições	24	0,17
Profissionais de nível médio de enfermagem	23	0,16
Desenhistas e projetistas técnicos	22	0,15
Operadores de máquinas de branqueamento, tingimento e limpeza de tecidos	22	0,15
Soldadores e oxicortadores	21	0,15
Garçons	20	0,14
Mecânicos e ajustadores eletricistas	20	0,14
Técnicos em química industrial	20	0,14
Trabalhadores de cuidados pessoais a domicílios	20	0,14
Fotógrafos	19	0,13
Gerentes de restaurantes	19	0,13
Trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos	19	0,13
Eletricistas de obras e afins	18	0,13
Corretores de comercialização	17	0,12
Organizadores de conferências e eventos	17	0,12
Secretários (geral)	17	0,12

Tabela 3 - Ocupação da população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo em 2010[12]

(conclusão)

Ocupação	N	%
Técnicos de redes e sistemas de computadores	17	0,12
Especialistas em políticas e serviços de pessoal e afins	16	0,11
Músicos, cantores e compositores	15	0,10
Técnicos e assistentes fisioterapeutas	15	0,10
Escriturários gerais	14	0,10
Redatores de cartazes, pintores decorativos e gravadores	14	0,10
Cabeleireiros	13	0,09
Condutores de caminhões pesados	13	0,09
Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)	12	0,08
Atendente de bar	12	0,08
Operadores de instalações de processamento de metais	12	0,08
Porteiros e zeladores	12	0,08
Trabalhadores de contabilidade e cálculos de custos	12	0,08
Pintores e empapeladores	10	0,07
Programadores de aplicações	9	0,06
Supervisores de secretaria	6	0,04
Dirigentes de vendas e comercialização	5	0,03
Total	**14.309**	**100,00**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010; Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/ UNICAMP). Atlas Temático.

Quanto ao gênero, a TAB. 4 mostra que há mais homens bolivianos do que mulheres bolivianas no Brasil, assim como na RMSP (GRAF. 2). Além disso, de acordo com o Relatório Anual do OBMigra 2020, a atuação na economia informal é maior em ambos os sexos, sendo 70,9% dos bolivianos e 80,6% das bolivianas inseridos na informalidade. Essa mesma tabela reforça que 74,8% da população boliviana trabalha em uma economia não formalizada, do mesmo modo que se pode verificar na RMSP essa predominância no mercado informal (GRAF. 7). Dessa forma, percebe-se que a informalidade é marcante na ocupação dos imigrantes bolivianos.

[12] Foram desconsiderados da população boliviana os menores de 10 anos de idade, as “ocupações mal definidas e não identificadas”. Também foram excluídos os status de “não trabalhou ganhando em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios; não ajudou sem qualquer pagamento trabalho remunerado de morador do domicílio; trabalhou ou não na plantação, criação de animais ou pesca, somente para alimentação dos moradores do domicílio.” Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/censo-demografico/

Tabela 4 - População boliviana no mercado de trabalho conforme situação, formal ou informal, por gênero no Brasil em 2010[13]

	Homens		**Mulheres**		**Total**	
	N	%	N	%	N	%
Formal	3.432	29,1	1.531	19,4	4.963	25,2
Informal	8.382	70,9	6.368	80,6	14.750	74,8
Total	**11.814**	**100,0**	**7.899**	**100,0**	**19.713**	**100,0**

Fonte: Relatório Anual do OBMigra. 2020; dados do IBGE, Censo Demográficos de 2010

O mercado de trabalho informal dos assalariados sem registro tem sido o receptor da população boliviana de baixa qualificação, principalmente no setor têxtil:

> Em pleno século XXI, há jornadas de trabalho de dezessete horas por dia na indústria de confecções, no centro da cidade de São Paulo, a mais importante região industrial do Brasil, por intermédio da contratação informal de trabalhadores imigrantes bolivianos [...] (ANTUNES, 2013, p. 17).

De acordo com a bibliografia, essa forma de trabalho tem baixo custo para as confecções e atividades ligadas a esse ramo. As empresas não precisam ter gastos com os benefícios que a carteira de trabalho oferece, uma vez que não se registram esses trabalhadores, assim os salários ofertados são baixos. Tal contexto permite que as redes de vestuários possam ofertar seus produtos a preços competitivos no mercado nacional.

A compreensão das condições de trabalho da população boliviana, de baixa qualificação, é explicitada no próximo capítulo. No qual poder-se-á entender a precarização de trabalho resultante da globalização e consequentemente da transformação da estrutura produtiva mundial com o aprofundamento da internacionalização do mercado de trabalho que trouxe transformações no setor têxtil.

3 CONDIÇÕES DE TRABALHO NO RAMO DA CONFECÇÃO EM QUE A POPULAÇÃO BOLIVIANA SE INSERE

Neste capítulo será analisada a condição de trabalho em que o trabalhador boliviano e boliviana se encontra nas oficinas de costura na RMSP. Delimita-se neste

[13] A tabela 4 foi elaborada a partir de dados da tabela de imigrantes, por condição de formalização no mercado de trabalho e sexo. (Relatório Anual do OBMigra, 2020, p. 185). Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf

estudo a Região Metropolitana de São Paulo, pois, como foi salientado anteriormente, trata-se de um local onde há um maior número de residentes de imigrantes bolivianos e bolivianas. Segundo Oliveira (2014, p. 8), “no caso dos bolivianos, de fato o fluxo se concentra predominantemente na RMSP”.

Em linhas gerais, observa-se que as relações de trabalho no setor da confecção remontam à transformação da indústria têxtil, que acarretou a terceirização da produção de roupas. Tal processo trouxe para muitos trabalhadores a precarização do trabalho, ou seja, condições de baixa remuneração, a ausência de comprometimento com a segurança do trabalhador e a falta de condições mínimas de higiene no ambiente de trabalho.

Diante desta transformação no setor têxtil, sobretudo no ramo de confecções, os imigrantes bolivianos e bolivianas, que chegaram à Região Metropolitana de São Paulo, inseriram-se no ramo da costura nas condições já determinadas pelo mercado, como explica Rezera (2012):

> As transformações do mundo do trabalho e seu novo modo de interagir na sociedade criaram um exército de mão de obra ociosa, já que os novos moldes que se apresentam desvelam as necessidades do mercado econômico mundial de manter-se cada vez mais competitivo à custa do barateamento da mão de obra e do rebaixamento das condições de vida das camadas populares, e isso se deve às pressões exercidas pela revolução tecnológica, mercado financeiro e suas especulações (REZERA, 2012, p. 19).

De acordo com Araujo (2001), a Região Metropolitana de São Paulo, entre os anos 1960 e 1980, foi um local de atração de imigrantes devido ao avanço da industrialização. Período esse antes da internacionalização ocasionar a reestruturação tecnológica nos diversos setores da economia:

> [...] a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), herdeira e caudatária do processo de industrialização brasileiro, realizou, em vinte anos de consolidação da industrialização (1960-1980), a principal transformação estrutural nos marcos do paradigma fordista da produção industrial capitalista. Alterações profundas nos processos de trabalho e nas dinâmicas socioculturais ocorreram no país e, em particular, na região metropolitana nesse período, o que assegurou sua predominância industrial e aprofundou sua função de pólo central da economia nacional. O alto grau de concentração da produção industrial na RMSP potencializou processos históricos de convergência dos fluxos migratórios para esta região, transformando-a na mais importante área metropolitana da América Latina (ARAUJO, 2001, p. 169).

No período seguinte, nos anos 1990, percebe-se uma transformação na indústria têxtil, tanto em âmbito nacional quanto local, na Região Metropolitana de São

Paulo. Segundo Tavares (2018), a indústria têxtil engloba uma cadeia produtiva situada desde a obtenção da fibra, fiação, tecelagem, acabamento via produtos químicos, estamparia, confecção até o comércio do produto final. Esse setor está em constante processo de transformação e sofreu uma profunda mudança com a abertura comercial orientada pela política neoliberal adotada na década de 1990. Ao final do século XX, a indústria têxtil-vestuário passa a se deparar com a competição internacional e a ampla concorrência, dessa forma surgem novas formas de redução de custo via terceirização de diversos segmentos desse setor. Sendo um desses segmentos a indústria-têxtil-confecção de roupas em que a maior parte se pulverizou em pequenas oficinas, ocorrendo a redução da contratação formal e o aumento do trabalho informal:

> No Brasil, o surgimento e o florescimento dos setores de produção flexível e a internacionalização maciça decorrente do capitalismo moderno produziram impactos na reestruturação tecnológica da RMSP que foram sentidos, com maior intensidade, somente na década de 90. [...] verificou-se que a Região Metropolitana de São Paulo, tal como outras grandes metrópoles contemporâneas, vem passando por processos de reestruturação social e econômica pautados, entre outros fatores: pelo crescimento das ocupações de serviços ligadas às atividades de gestão e de apoio à produção; pela terceirização da estrutura ocupacional; pelo aumento da informalidade nas relações de trabalho; pela tendência à polarização do mercado de trabalho, acompanhando os processos de informalização das relações trabalhista e de terceirização da estrutura ocupacional [...] (ARAUJO, 2001, p.170-196).

Segundo Coutinho (2011), em períodos anteriores a atuação de coreanos e bolivianos na confecção, outros estrangeiros atuavam no setor, porém tratava-se de uma mão de obra especializada para atender um pequeno número de clientes. Na década de 90, com a intensificação da expansão da produção em larga escala (e não mais para um pequeno número de pessoas), a indústria têxtil, para ampliar sua produção e reduzir os custos, passou a terceirizar a confecção de roupas:

> O ramo da costura e da comercialização de vestuário na cidade de São Paulo, dominado originalmente por europeus, vê-se ampliado, paulatinamente, para outras nacionalidades. Os imigrantes de origem chinesa e coreana que entraram no país a partir dos anos 60 e se estabeleceram nos bairros centrais tomaram posse, em grande parte, da produção de artigos de vestuário, como proprietários e trabalhadores (COUTINHO, 2011, p. 6).

Dado o ambiente de intensificação competitiva e a rápida mudança da moda, as empresas deveriam lançar produtos similares a baixo custo. De acordo com Jinkings (2002), a abertura comercial adotada na década de 1990 e a adoção da

política neoliberal fizeram com que houvesse maior entrada de produtos importados acirrando, assim, a forte concorrência entre as empresas externas e internas. A reestruturação produtiva e a inovação tecnológica implantadas na indústria têxtil possibilitaram que esta pudesse sobreviver nesse novo cenário econômico no qual houve ainda o aumento da terceirização da mão de obra e da precarização do trabalho. Ainda segundo a autora:

> É possível considerar como determinantes nesse processo as políticas de abertura econômica implementadas nos anos 1990, quando as empresas nacionais depararam-se com uma situação na qual produtos importados altamente competitivos invadiram o mercado interno. O acirramento da concorrência, assim como a intensidade e amplitude dos movimentos de reestruturação produtiva em nível mundial, compeliram as empresas têxteis a adotar novos padrões tecnológicos e organizacionais para se adequarem à competitividade internacional (JINKINGS, 2002, p. 10).

Nesse período de transformação e adaptação das empresas observou-se o aumento do trabalho informal, das subcontratações e da terceirização de diversos trabalhos visando a redução de custos. Dentre os segmentos dessa cadeia produtiva do setor têxtil, como o de fibras, fiação, tecelagem, malharia, tecidos e confecção, essa última etapa é a que menos se beneficiou da tecnologia. Esse ramo da confecção depende diretamente de uma mão de obra atuante na produção do vestuário:

> A costura é a última fase do processo produtivo têxtil e se constitui na atividade menos automatizada deste processo. Ainda é muito intensivo o uso de força de trabalho na atividade. Com efeito, na costura, diferentemente de outros setores da indústria têxtil, é menor o uso de tecnologia substituta de trabalho humano (JINKINSG, 2002, p. 34).

Para sobreviver nesse ramo, as indústrias têxteis passaram a realizar subcontratações de modo que o custo da mão de obra para confeccionar as peças da moda fora repassado para as empresas terceirizadas:

> O setor de confecção tradicionalmente emprega mão de obra não qualificada, sem proteção trabalhista e marginalizada na cadeia produtiva; é parte da cadeia mais fragmentada e muitas vezes muito distante do processo como um todo. O acirramento da competividade e o processo de flexibilização, promovidos pela reestruturação produtiva dos anos 1990, têm ativado o foco no menor custo e maior intensificação da força de trabalho[...] (REZERA, 2012, p. 81).

Além disso, para vender os produtos a um preço considerado barato, os trabalhadores e trabalhadoras que costuravam passaram a receber pela produção um

salário menor, porque esse período de transformação dispensou por um lado, o uso de mão de obra qualificada e por outro, a formalização da contratação. Desse modo, o setor de confecção passou a absorver uma mão de obra com baixa qualificação e a maior parte das pequenas confecções passaram a contratar imigrantes, na condição de ilegais, por estes não estarem amparados nas leis trabalhistas do Brasil. Este imigrante, na condição de clandestino, não teria condições de questionar e lutar por melhores salários e condições de trabalho, além daquelas oferecidas nas oficinas de costura.

O setor de confecção pela menor utilização de tecnologia, demanda maior volume de mão de obra e, nesse cenário de reestruturação produtiva, a força de trabalho possui baixa remuneração, baixa escolaridade e baixa qualificação profissional. Além disso, com a pulverização dos segmentos de vestuários, tornou-se comum pequenas empresas prestarem serviço às grandes indústrias têxteis. Neste cenário de mudança, no setor têxtil, os trabalhadores bolivianos e bolivianas se inseriram no ramo da confecção de costura, ramo este em que as condições de trabalho foram precarizadas, com a flexibilização da jornada, e do registro de contratação da mão de obra, passando a predominar o trabalho informal em que os trabalhadores ficam desprovidos da proteção das leis trabalhistas:

> O sistema de trabalho a domicílio, que objetiva um menor custo do trabalho por parte da empresa, também é bastante utilizado. Devido a estas novas técnicas de contratação, há uma grande generalização da condição de informalidade e de precarização das relações de trabalho na indústria têxtil (JINKINGS, 2002, p. 85).

Destaca-se que tal contexto da condição de trabalho no ramo da costura na Região Metropolitana de São Paulo vem sendo noticiado amplamente pela mídia, que destaca as condições precárias em que os bolivianos e bolivianas se encontram nas oficinas de costura.

Anteriormente à transformação estrutural no setor de confecção, esse segmento tinha como donos de oficinas e costureiros os imigrantes coreanos. Esses últimos também apareciam em manchetes, dadas suas condições precárias de trabalho, porém a população coreana passou a transitar fortemente para o comércio das roupas confeccionadas. Assim, segundo Silva (2009), via subcontratação dos novos donos de oficinas, a parte laboral passou para os bolivianos, quando muitos

destes criaram suas próprias oficinas de costura e também foram, por sua vez, costureiros de oficinas coreanas:

> Se no começo as oficinas eram predominantemente de coreanos, agora elas são predominantemente dos próprios bolivianos. Apesar de continuarem prestando serviço para os coreanos e não só para eles. Depois de trabalharem para os coreanos e acumularem experiência no trabalho com costura, os bolivianos abrem suas próprias oficinas para prestarem serviços por encomenda. Podem contar com o empréstimo de máquinas pelos antigos empregadores. Esta transferência de propriedade não é indiferente. Com o aumento da fiscalização, ser o dono da oficina pode ser desvantajoso. O fato de os bolivianos montarem suas próprias oficinas evita uma série de possíveis problemas jurídicos para os contratantes (SILVA, 2009, p. 10).

A questão de como os bolivianos foram inseridos nas oficinas de costura dos imigrantes coreanos se deu por contato na própria Bolívia. No período da década de 1960, o Brasil dificultou a entrada dos imigrantes coreanos, dessa forma, esses optaram pelo ingresso de forma ilegal. Dada a proibição da entrada desse grupo, a rota para migração ao Brasil ocorreu através de alguns países fronteiriços, sendo um deles a Bolívia. Freitas (2014, p. 328) indica o motivo do país vizinho, a Bolívia, ter sido utilizado como uma das rotas de entrada ao Brasil: “grande parte dessa migração ilegal ocorria a partir da Bolívia, devido, principalmente, à existência de um acordo entre o consulado boliviano e a Empresa Brasileira de Turismo – Embratur, que facilitava a concessão de vistos turísticos para coreanos residentes na Bolívia”.

Estes novos donos de oficinas de confecção de roupas passaram a contratar seus conterrâneos. Os trabalhadores bolivianos e bolivianas que costuram nessas oficinas, em sua maioria, costumam morar na residência onde se instala a oficina de costura, consequentemente, acarretando na dificuldade de separação entre trabalho e vida pessoal, dado que tudo estava dentro de um ambiente único:

> [...] o fato de morarem e trabalharem no mesmo lugar, às vezes dividindo o mesmo espaço com as máquinas de costura, é um dos fatores mais problemáticos desta relação. Os patrões oferecem hospedagem, o que, por um lado, facilita bastante a acolhida na cidade, afinal como não documentados os migrantes têm dificuldades para alugar um imóvel, mas por outro lado, amplia as relações de exploração. Há situações em que até a alimentação fica a cargo do dono da oficina. Isto pode gerar descontos na hora dos pagamentos ou conta como parte da remuneração [...]. O fato de morarem no próprio local de trabalho é muito relevante. Os limites do tempo de trabalho ficam menos nítidos na confusão entre trabalho e vida doméstica. De modo que, às vezes, o tempo de trabalho passa ser dado pela resistência física das pessoas [...] (SILVA, 2009, p. 9).

A contratação muitas vezes ocorre via acordo entre as partes sem nenhum registro em que haja garantia dos direitos dos trabalhadores bolivianos e bolivianas. Ademais, frequentemente, os donos das oficinas não estão registrados, assim, tanto o local quanto o trabalhador se encontram na ilegalidade. Tal situação desfavorece os funcionários, uma vez que não possuem a garantia de férias remuneradas, limites de horário de trabalho, e horas extras, além das condições de segurança e salubridade do ambiente de trabalho ficarem aquém do mínimo determinado para a atuação de uma empresa e a obtenção de licença como oficina de costura. Sendo assim, observa-se que muitas famílias bolivianas devido à baixa escolaridade, baixa qualificação profissional, por desconhecerem os direitos trabalhistas e por suas condições de ilegalidade (tanto no âmbito nacional quanto na Região Metropolitana de São Paulo) acabam por se sujeitar a esse ritmo de trabalho e às más condições de operação da oficina.

Além da precarização do trabalho no ramo da costura, os trabalhadores bolivianos e bolivianas do setor têxtil, que atuam no mercado informal, estão sujeitos às baixas remunerações, prevalecendo o pagamento por peça produzida. Desse modo, para que o funcionário obtenha renda suficiente para pagar a dívida do deslocamento da Bolívia para alguma cidade da Região Metropolitana de São Paulo e ainda para que possa juntar algum dinheiro, precisará costurar o máximo de peças, como explica o autor Isola Coutinho (2011):

> A subcontratação de pequenas confecções por grandes marcas e lojas varejistas e a redução das despesas com a mão-de-obra são características desse processo. Novas formas organizacionais como a terceirização e a subcontratação [...] são pertinentes à acumulação flexível e a correspondem à formação dos mercados de massa, aceleração do consumo e dos modismos. [...] a passagem da produção de vestuários em larga escala para os novos imigrantes asiáticos, notadamente coreanos, era notável, sobretudo nos bairros centrais de São Paulo. Intensifica-se a utilização da força de trabalho andina no ramo da costura, substituindo a mão-de-obra coreana [...]. A importação de trabalhadores estrangeiros para o setor é ponto central à redução dos gastos com o trabalho, uma vez que a estadia ilegalizada desta mão-de-obra os deixa a margem dos direitos sociais e trabalhistas (COUTINHO, 2011, p. 8).

De acordo com algumas reportagens em veículos de mídia como: Repórter Brasil e Folha de São Paulo, o ganho pela peça costurada chega a ser de centavos e, mesmo sendo peças “de marca”, o salário continua baixo. Isso depende das empresas de destino dos produtos finais. Sendo assim, quando o produto final tem por destino

uma marca famosa, as peças em que bolivianos e bolivianas são remunerados são vendidas na casa das centenas e não na casa de unidades:

> No momento da fiscalização, os empregados finalizam blusas da Coleção Primavera-Vera da Zara, na cor azul e laranja. Para cada peça feita, o dono da oficina recebia R$ 7. Os costureiros declararam que recebiam, em média, R$ 2 por peça costurada. No dia seguinte à ação, 27 de junho, a reportagem foi até uma loja da Zara na Zona Oeste de São Paulo (SP), e encontrou uma blusa semelhante, fabricada originalmente na Espanha, sendo vendida por R$ 139. [...] A confecção de uma calça gerava ao dono da oficina terceirizada R$ 6, em média. Este valor era divido em três partes: R$ 2 para os trabalhadores; R$ 2 para as despesas com alimentação, moradia e outros custos; e R$ 2 para o dono da oficina. Após a produção na oficina, a intermediária (AHA) recolhia a produção e encaminhava as peças à lavanderia, também terceirizada. Depois, o produto ainda era acabado e embalado para ser entregue à Zara (REPÓRTER BRASIL, 16 de agosto de 2011, “Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava”).

Os imigrantes bolivianos e bolivianas que costuram peças fora das grifes famosas recebem remunerações ainda mais baixas e não possuem jornada delimitada, uma vez que se ganha por peça produzida. Ademais, não possuem moradia digna e nem direitos trabalhistas por estarem na condição de informais. Apesar do pagamento não ser suficiente para quitar as dívidas, estes trabalhadores se submetem a este trabalho para poderem garantir o atendimento de suas necessidades básicas diárias. É possível observar tal realidade no exemplo da reportagem abaixo:

> Primeiro, ofereciam R$ 0,20 por peça. Algumas semanas depois, baixaram para R$ 0,10. Agora, pagam apenas R$ 0,05. É um valor que mal dá para cobrir os gastos, mas que a costureira Diana, 33, aceitou porque as outras encomendas pararam desde março e a família já devia três meses de aluguel [...]. Mas a equação, para ela, é mais simples: “Se não trabalhamos, não comemos” (FOLHA DE S. PAULO, 18 de julho de 2020, “Imigrantes em SP ganham R$ 0,05 para confeccionar máscaras antiCovid”).

Devido ao fato desses costureiros e costureiras não terem registro em carteira, dificilmente conseguem sair das condições em que foram inseridos. Encontrando-se em um mercado de trabalho informal, quando saem das condições de costureiros, estes imigrantes bolivianos e bolivianas conseguem transitar para o comércio ou abrirem suas próprias oficinas. Nessa mudança de atividade, ainda assim, os migrantes andinos continuam atuando no mercado informal sem os direitos trabalhistas que podem permitir um mínimo de dignidade na função de trabalhadores na Região Metropolitana de São Paulo.

Embora os trabalhadores bolivianos e bolivianas, de baixa qualificação, não tenham muita importância para o setor público, estes trabalham dia e noite para ofertarem produtos ao consumidor interno que, por sua vez, exige um preço de venda cada vez mais baixo. Além disso, cabe lembrar que esses imigrantes, passam constantemente por situações de assédio moral e outras formas de violência: humilhações, destrato e direitos negligenciados em diversos ambientes são situações frequentes. Tais situações muitas vezes se tornam formas de sabotagem quando o imigrante conquista um trabalho digno. Como exemplo, pode ser citado o impedimento ou a dificuldade ao tentar matricular os filhos desses trabalhadores em algumas escolas, o que acaba provocando a mudança de região e a saída do trabalho para que o filho possa ter acesso à educação:

> Hernado Quenta atravessava uma boa fase da vida em Piedade, no interior de São Paulo. Trabalhador do ramo de costura, o boliviano de La Paz se levantava nas finanças, graças, em suas palavras, a “um ótimo emprego: carteira assinada, horário fixo, todas as contas em dia”. Porém, algo ia mal: ele não conseguia matricular seu filho Jerson, de 5 anos, na escola. “Mostrei todos os meus documentos e os do garoto, mas sempre diziam que faltava algo que não sabiam explicar”. Quenta não tem dúvidas de que foi discriminado “por ser boliviano e migrante”. [...] largou o trabalho e se mudou para São Paulo [...]. Para Quenta, que hoje vive de bicos em confecções, a felicidade do filho compensa os dissabores do subemprego (CARTA CAPITAL, 22 de novembro de 2013, “Fronteiras da Inclusão”).

Apesar da reestruturação produtiva, a indústria têxtil tem ainda um peso econômico importante na Região Metropolitana de São Paulo e no Brasil. Enquanto isso, os migrantes bolivianos e bolivianas são quase uma força de trabalho invisível, uma vez que o custo dessa mão de obra é baixa para as indústrias têxteis e lojas de varejo ou atacado. As grandes indústrias têxteis e lojas que comercializam os produtos confeccionados no varejo obtém seus lucros a partir da produção desses trabalhadores invisíveis, que sequer tem condição financeira para adquirirem as peças que produzem.

Num contexto em que cada vez mais se procura vestuários a preços mais baixos, pergunta-se: será que se percebe a que custo e em quais condições são submetidos os imigrantes bolivianos e bolivianas para a produção de roupas de grife, com um preço que “caiba no bolso” do consumidor ou mesmo para se ter uma roupa sem marca a um custo baixo?

> [...] os preços baixos que tanto atraem os consumidores do varejo e do atacado não são um milagre da natureza. Não são, muito menos, um ato de generosidade dos donos das oficinas. São consequências de uma forte redução dos custos no processo de produção das peças de vestuário. A maior parte dos funcionários utilizados na confecção dessas roupas é composta por imigrantes latino-americanos em situação ilegal no Brasil (ROSSI, 2005, p. 15).

Para concluir, em uma das maiores metrópoles do Brasil há seres humanos que trabalham à procura de uma mudança de vida, apesar das condições em que estão submetidos. No setor têxtil-confecção, a reestruturação produtiva e a inserção tecnológica beneficiaram alguns segmentos, enquanto no ramo da confecção de vestuários continuou a observar-se a utilização intensiva de mão de obra. Ademais, com a pulverização deste segmento em pequenas oficinas, a relação entre as lojas do varejo e atacado e as grandes indústrias ocorre via subcontratação onde a terceirização se torna marcante. Por fim, esse processo trouxe a precarização do trabalho onde a situação é pior para os imigrantes ilegais. Sendo assim, este estudo procurou focar na população boliviana, que vem sendo conhecida por suas condições no mercado de trabalho informal já bastante noticiadas pela mídia. Destaca-se que os trabalhadores bolivianos e bolivianas seguem sua jornada laboral na luta contra a pobreza e a procura de um sonho de poder ajudar a família, um sonho de poder estudar, um sonho dos filhos poderem ter melhores condições de vida e de serem respeitados como seres humanos.

Apresentado este cenário de precarização no mercado informal, no tópico seguinte se buscou analisar os resultados obtidos através dos dados secundários que permitiram mapear um perfil socioeconômico da população boliviana, em que se constata uma grande participação dos imigrantes da Bolívia na Região Metropolitana de São Paulo.

RESULTADO DA PESQUISA E PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Neste trabalho, por meio da apresentação do contexto histórico da Bolívia e do Brasil se pode compreender quais situações socioeconômicas de cada país constituíram-se como fatores atratores para a migração da população boliviana ao Brasil e à RMSP.

Dessa forma, o presente estudo visou analisar a inserção da população boliviana na RMSP. Procurou-se verificar se essa população atua sobretudo no mercado informal ou formal. Através de levantamentos bibliográficos se pode observar fatores que estimularam as migrações bolivianas, assim como a precarização do ramo da confecção.

Além disso, a transformação da estrutura da indústria têxtil acarretou um trabalho precarizado e desregulamentado no setor da confecção. Setor esse que passou a absorver majoritariamente mão de obra com baixa qualificação e sem registro na carteira de trabalho via subcontratações de empresas terceirizadas. Nesse âmbito de trabalho desregulamentado, a população boliviana foi inserida no mercado de trabalho na RMSP com baixos salários, sem proteção das leis trabalhistas e pouco tempo para adquirir maior nível de instrução, dadas as longas jornadas de trabalho.

Embora nas informações do Censo 2010 e da plataforma OBMigra de 2020 não estejam incluídos os imigrantes não documentados, foi possível observar com base nas informações coletadas, que a população boliviana se insere majoritariamente no mercado informal.

Diante disso, pode-se confirmar a hipótese de que a população boliviana se insere principalmente no mercado informal na RMSP, destacando seu perfil de baixa escolaridade e a baixa remuneração, devido a precarização de seu trabalho. Precarização essa sendo resultado da política neoliberal e da transformação da indústria têxtil a partir dos anos 1990. Além disso, essa população se encontra em uma faixa etária predominantemente em idade ativa. Também pode-se concluir que apesar do aumento do afluxo migratório da mulher boliviana para a RMSP, há mais homens bolivianos tanto no mercado formal quanto informal.

Este trabalho, portanto, visa contribuir para o debate nacional sobre a migração e inserção da mão de obra boliviana no mercado de trabalho brasileiro, especificamente como isso repercute na RMSP. Outro fator a destacar são as condições nas quais se inserem os trabalhadores e trabalhadoras no setor de

confecções, pois a maior parcela dos imigrantes bolivianos possui baixo nível de escolaridade, pouca condição financeira e tempo para uma nova capacitação profissional. Conforme as informações levantadas, depreende-se a atuação concentrada dos imigrantes nos setores de confecção com baixo rendimento. A maioria dessa população, por não possuir o ensino básico completo, encontra-se em dificuldade para se inserir em um setor que exige maior qualificação profissional, portanto, bloqueando-se o acesso de tais trabalhadores aos direitos trabalhistas e a obtenção de melhor remuneração.

Além da RMSP ser um dos maiores polos econômicos, essa região se destaca como polo receptor de diversos imigrantes. No entanto, com a adoção das políticas neoliberais e a transformação da indústria têxtil ocorreu a precarização do trabalho nesse setor, dificultando a regularização da mão de obra boliviana, visto que se inserem em um serviço amplamente terceirizado e sem registro na carteira de trabalho. Embora uma parte desses imigrantes tenha conseguido sair do ramo de confecção de roupas, observa-se que prevalece a inserção no mercado informal, tanto na RMSP quanto em âmbito nacional.

Ainda que não haja uma estimativa exata dos fluxos migratórios da quantidade da população boliviana, uma vez que não há um mapeamento de informações que considere os imigrantes bolivianos indocumentados, tal problema da pesquisa foi solucionado a partir do exame das especificidades e perfis dos trabalhadores através de dados secundários, principalmente do banco interativo do observatório das migrações em São Paulo do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo).

Diante disso, sugere-se o avanço do estudo em questão, a partir de novos estudos que relacionem a forma como programas de capacitação gratuitos poderiam permitir aos imigrantes bolivianos e bolivianas saírem de sua atual condição de precariedade de trabalho oferecida pelo mercado informal, e ainda, como o combate às longas horas de trabalho pode permitir que o imigrante de baixa renda tenha acesso a projetos gratuitos que permitam sua inserção no mercado formal, sendo tais pesquisas uma forma de analisar como melhorar a inserção desse povo Andino no mercado de trabalho brasileiro. Ademais, este estudo abre caminho para avançar em próximos temas mostrando a evolução da migração dessa população rumo RMSP sobretudo utilizando os Censos de 1991 e 2000 a fim de se verificar a evolução das migrações ao longo de tais períodos. Dessa forma, caberia também uma investigação na qual se poderia mostrar em profundidade os impactos do neoliberalismo

relacionados ao movimento de diáspora da população boliviana nesse intervalo de tempo.

Expostos à vulnerabilidade, principalmente os que não têm carteira assinada, esses trabalhadores não têm seus direitos protegidos pela lei. Os tópicos levantados no presente trabalho procuram dar maior visibilidade aos imigrantes bolivianos e bolivianas na sociedade brasileira, sobretudo em relação aos que se inserem no trabalho informal. Pelo fato de não terem registro na carteira de trabalho, essa população boliviana encontra-se desprotegida, subordinando-se a um salário baixo, uma vida “insalubre” e exposta a longas horas de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. *In*: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo. 2013.

ARAUJO, A. P. C.; FILARTIGAS, D. M. E.; CARVALHO, L. C. Bolivianos no Brasil: migração internacional pelo corredor fronteiriço Puerto Quijarro (BO)/Corumbá (MS). *In:* **Interações (Campo Grande), Campo Grande**, v. 16, n. 1, p. 131-141, jan./jun. 2015. Disponível em: http://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/98. Acesso em: 27 novembro de 2019.

ARAUJO, M. F. I. **Impactos da reestruturação produtiva sobre a região metropolitana de São Paulo no final do século XX.** 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP.

AZEVEDO, F. A. G. **A presença de trabalho forçado urbano na cidade de São Paulo: Brasil/Bolívia.** 2005. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM), Universidade de São Paulo.

BATTISTI, C. **A inserção dos imigrantes bolivianos no comércio popular da cidade de São Paulo.** 2014. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2019/1/Cesar%20Battisti.pdf. Acesso em: 20 novembro de 2021.

CAIADO, A. S. C. Reestruturação Produtiva e localização industrial: a dinâmica industrial na RMSP entre 1985 e 2000. *In:* **Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia.** 2002. Disponível em: https://EconPapers.repec.org/RePEc:anp:en2004:114. Acesso em: 12 maio de 2021.

CÂMARA, M. A. Bolívia: de 1952 ao Século XXI – Processos Sociais, Transformações Políticas. *In*: **Bolívia: de 1952 ao século XXI**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007.

CARPIO, P. J. L. **Peruanos comerciantes na Feirinha da Madrugada no bairro do Brás em São Paulo: trabalho, direito à moradia e lazer em contexto de imigração.** Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direito e outras Legitimidades) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.11606/D.8.2019.tde-25022019-110409. Acesso em: 29 fevereiro de 2021.

CASTRO, R. F.; GODOY, M. J.; ALVES, F. D. Bolivianos no Brasil: Perspectivas de um processo complexo e marcado pela exploração. *In:* **Congresso Brasileiro de Geógrafos**. N. 7. Vitória/ES. Anais. 2014.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. *In:* **Relatório Anual 2018**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018. Disponível em: http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual. Acesso em: 27 novembro de 2020.

_____. Imigração e Refúgio no Brasil. *In:* **Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a. Acesso em: 15 agosto de 2021.

CORTÊS, T. R.; SILVA, C. F. Dossiê-Paraguaios. *In*: **Revista Travessia**, nº 74, Ano XXVII. São Paulo. Jan.-Jun. 2014.

COUTINHO, B. I. **Imigração laboral e o setor têxtil-vestuário de São Paulo: notas sobre a presença boliviana nas confecções de costura**. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 4, n. 1, jul/dez. 2011. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/. Acesso em: 14 março de 2020.

Central Única dos Trabalhadores. **Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha**. CUT: São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-Desenvolvimento.pdf. Acesso em: 20 outubro de 2018.

CYMBALISTA, R.; XAVIER, I. **A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade.** Cadernos Metrópole 17. 2007. p. 119-133. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8767. Acesso em: 20 outubro de 2018.

FREIRE, S. C. **Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo**. 2008. (Dissertação de Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo.

FREITAS, P. T. **Projeto costura: percursos sociais de trabalhadores migrantes, entre a Bolívia e a indústria de confecção das cidades de destino.** 2014. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281265. Acesso em: 15 fevereiro de 2020.

_____. **Imigração e experiencia social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo**. 2009. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278718. Acesso em: 30 abril de 2020.

FRONTERIAS da inclusão. **Carta Capital**, 22 de novembro de 2013. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/fronteiras-%E2%80%A8da-inclusao/. Acesso em: 27 maio de 2021.

FUJITA, R. M. L.; JORENTE, M. J. A Indústria Têxtil no Brasil: uma perspectiva histórica e cultural. *In:* **Revista Moda Palavra e-Periódico.** Dossiê: figurino e moda. Ano 8, número 15, jan./ jul. 2015. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/modapalavra/article/view/5893. Acesso em: 17 outubro de 2020.

GOMES, G. G; PEREIRA, M. M. Imigração boliviana no Brasil: Uma análise dos aspectos sociais e econômicos acerca da exploração da mão de obra boliviana no Estado de São Paulo. *In:* **Revista Florestan**. Ano 2. N. 04 – dezembro de 2015. Disponível em: http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/138/pdf_68. Acesso em: 20 outubro de 2018.

IAHN, J. F; MISSIO, F. J**. Uma revisão da macroeconomia brasileira dos anos 90: o mix da política fiscal, monetária e cambial**. Pesquisa & Debate, SP, volume 20, número 1 (35) p. 1-129, 2009. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/7534/5487. Acesso em: 14 março de 21.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2015. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados/2015/. Acesso em: 26 novembro de 2018.

_____. **Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento**. 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html?=&t=downloads. Acesso em: 20 julho de 2021.

JINKINGS, I. **Reestruturação Produtiva e Emprego na Indústria Têxtil Catarinense**. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2002. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82868. Acesso em: 04 maio de 2021.

_____. Reestruturação Produtiva e Emprego na Indústria Têxtil Catarinense. *In:* **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n.33. p.71-94, abril de 2003. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/issue/view/1094. Acesso em: 15 maio de 2021.

LESSA, C. **Quinze anos de Política Econômica**. 4ªedição. São Paulo: Brasiliense, 1983. Item “O plano de Metas - 1957/60”, p. 27-91.

MANETTA, A. Bolivianos no Brasil e o discurso da mídia jornalística*. In:* BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp: Fapesp: CNPq: UNFPA, 2012. p. 257-268.

MANTOVANI, F. Imigrantes em SP ganham R$ 0,05 para confeccionar máscaras antiCovid. **Folha de S. Paulo,** 18 jul. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/07/imigrantes-em-sp-ganham-r-005-para-confeccionar-mascaras-anticovid.shtml. Acesso em: 27 junho de 2021.

MERCADO, A. F.; LEITON, J. G. M.; CHACON, M. F. **El crecimiento económico en Bolivia (1952-2003)**. rlde [online]. 2005, n.5, suppl.1, pp. 9-42. Disponível em: http://www.scielo.org.bo/scielo.php?pid=S2074-47062005000300002&script=sci_abstract. Acesso em: 27 novembro de 2019.

MESQUITA, J. L.; SANTOS, M. O. **O lado feminino da migração: Bolivianas em São Paulo.** ST18 Migrações internacionais e fronteiras: políticas, sociabilidades, territórios e reconfigurações identitárias. 40º Encontro Anual da Anpocs. 2016 Disponível em: https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st18-7/10330-o-lado-feminino-da-migracao-bolivianas-em-sao-paulo/file. Acesso em: 23 outubro de 2021.

MORALES, J. A.; SACHS, J. D. **La Crisis Económica en Bolivia. Instituto de Investigaciones Socios Económicas**. Documento de trabajo no.08/87, 1987. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267852428_La_Crisis_Economica_en_Bolivia. Acesso em: 20 abril de 2020.

MORALES, J. A. **La economía boliviana de los últimos cincuenta años: reflexiones sobre el desarrollo de largo plazo**. Rev Cien Cult, La Paz, v. 18, n. 33, p. 107-135, dic. 2014. Disponível em http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2077-33232014000200005&lng=es&nrm=iso. Acesso em 20 abril de 2020.

OLIVEIRA, G. C. A interiorização das migrações internacionais: latino-americanos no Estado de São Paulo. *In:* **Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP. Sessão Temática 53. Apresentado em São Pedro/ SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014. Disponível em: http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/issue/archive. Acesso em: 17 setembro de 2021.

ORELLAN, L. E. B.; SILVA, W. R. B. **O Imigrante Boliviano nas oficinas de costura em São Paulo: a legalidade e a realidade**. Ciências Sociais Aplicadas em Revista UNIOESTE/ MCR- v.15-N. 29 - 2º sem 2015. p. 265 - 281. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/15353. Acesso em: 14 setembro de 2020.

PINHEIRO, H. C. M. A imigração de bolivianos e haitianos no Brasil: o subimperialismo brasileiro em foco. *In:* **O Social em Questão,** vol. 21, núm. 41, 2018, maio, pp. 87-110. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Brasil. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552264297004. Acesso em: 06 setembro de 2021.

PRETURLAN, R. B. **Mobilidade e classes sociais: o fluxo migratório boliviano para São Paulo.** 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo.

PUCCI, F. M. S. **Bolivianos em São Paulo: redes, territórios e a produção da alteridade**. Buenos Aires, 2013. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/. Acesso em: 14 junho de 2020.

PYL, B; HASHIZUME, M. Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava. **Repórter Brasil,** 16 ago. 2011. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2011/08/roupas-da-zara-sao-fabricadas-com-mao-de-obra-escrava/. Acesso em: 27 junho de 2021.

REZERA, D. N. **Gênero e trabalho: Mulheres Bolivianas na cidade de São Paulo 1980 a 2010**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2012.

ROCHA, M. S. A Outra Volta do Bumerangue: Estado, Movimentos Sociais e Recursos Naturais na Bolívia (1952 - 2006). *In:* **Bolívia: de 1952 ao século XXI** / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007.

ROSSI, C. L. **Nas costuras do trabalho escravo**. Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. 2005. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/documentos/nas_costuras_do_trabalho_escravo.pdf. Acesso em: 07 fevereiro de 2021.

SEGABINAZZI, A. Bolívia: de 1952 ao Século XXI – Diversas Sínteses de uma Revolução. *In:* **Bolívia: de 1952 ao século XXI** / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. *In*: BELLUZZO, L.; COUTINHO, R. (Org.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaios sobre a crise**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. v. 1.

SHERIFF B., H. E. **Política económica, crecimiento y bienestar: Bolivia (1950-1990).** Oficina de la CEPAL em Montevideo (Conferencias y Reuniones). Dezembro de 1992. p. 265-281. Disponível em: https://repositorio.cepal.org. Acesso em: 23 setembro de 2020.

SILVA, C. F. Precisa-se: bolivianos na indústria de confecções em São Paulo. *In:* **Travessia**, São Paulo, ano XXII, n. 63, jan./abr., 2009. p. 05-11.

SILVA, S. A. Bolivianos em São Paulo: dinâmica cultural e processos identitários. *In:* BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração boliviana no Brasil.** Campinas: Nepo/Unicamp: Fapesp: CNPq: UNFPA, 2012. p. 19-34.

SOCHACZEWSKI, A. C. **Desenvolvimento Econômico e Financeiro do Brasil: 1952–1968**. Trajetória Cultural, São Paulo: 1991, itens 5.1-5.5, p. 163-218.

SOUCHAUD, S. **Presença estrangeira na indústria das confecções e evoluções urbanas nos bairros centrais de São Paulo**. Lanna, A. L. Duarte; Peixoto, F. A.; Lira, J. Tavares Correia de; Sampaio, M. R. de Amaral. São Paulo: os estrangeiros e a construção das cidades, Alameda, p. 65-89, 2011. Disponível em: https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00643561. Acesso em: 24 maio 2020.

_____. **A imigração boliviana em São Paulo.** Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante. Sep. 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: https://hal.ird.fr/ird-00486059. Acesso em: 24 maio 2020.

SZMRECSÁNYI, T. **Celso Furtado e o início da industrialização no Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 22, nº 2 (86), p. 195-206, abril-junho/2002.

TAVARES, B. F. **A informalidade, o mercado de confecções e o comércio de malhas: dinâmicas e circulação no feirão das malhas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Fluminense. Coordenação de Ciências Sociais, 2018. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/10506. Acesso em: 17 maio de 2021.

TIMÓTEO, G. L. S. **Os trabalhadores bolivianos em São Paulo: uma abordagem jurídica.** Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. 2011.

VILARINO, R. C. **Os Acordos de Roboré – Brasil, Bolívia e as questões do petróleo, desenvolvimento e dependência no final dos anos 1950**. 2006. 365f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/3743. Acesso em: 17 maio de 2021.

VILELA, E. M.; NORONHA, C. L. A. **Uma análise comparativa da situação socioeconômica entre homens e mulheres bolivianas no mercado de trabalho dos estados do Mato Grosso do Sul e de São Paul**o. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v.33, n. 1, p. 108-139, jan./jul., 2018. Disponível em: http://periodicos.fundaj.gov.br/index. php/CAD. Acesso em: 20 outubro de 2019.

VILLEN, P. A nova configuração da imigração no Brasil sob a óptica do trabalho. *In:* ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo. 2014.

XAVIER, I. R. A Cidade de El Alto e os Fluxos de Bolivianos para São Paulo. *In:* **Travessia**, São Paulo, ano XXII, n. 63, jan./abr., 2009. p. 12-19.